

## **LIVRO DE ATAS Nº 25**

Servirá este Livro, cujas folhas são numeradas seqüencialmente, para que sejam lavradas as atas de sessões da Câmara Municipal de Rio Pomba, a partir de primeiro de janeiro de 2016.

Para constar, lavrou-se o presente Termo que eu, Secretário, assino com o Senhor Presidente.

Rio Pomba/MG, 04 de janeiro de 2016.

**VEREADOR PAULO HENRIQUE DA SILVA**  
Secretário

**VEREADOR JORGE LUÍS MARTINS SOARES**  
Presidente da Câmara

**Ata da Sexagésima Primeira Sessão Ordinária da Câmara Municipal de Rio Pomba.** Às dezenove horas do dia onze de fevereiro de dois mil e dezesseis, reunidos no Plenário da Câmara os Vereadores: Antônio Dias de Oliveira, Jorge Luís Martins Soares, Maria do Carmo Vieira da Silva Gomes, Maurílio Rodrigues dos Reis, Paulo Henrique da Silva, Romeu Moreira Batista, Sérgio Antônio Mota Furtado e Túlio Mota Salgado; ausente o Vereador Juscélio Bernardino Braz, foi aberta a sessão pelo sr. Presidente, Vereador Jorge Luís Martins Soares, que deu início ao expediente e colocou em discussão a ata da sessão anterior (17/12/2015). Colocada em votação, a ata foi aprovada pela unanimidade dos presentes. Após, foram lidas as seguintes correspondências: a) comunicado de liberação de recursos, R\$30.000,00, 2ª parcela, Pró-Município; b) Prestação de contas da entidade REMER (Refúgio dos meninos de rua); c) comunicado do Conselho Tutelar. O sr. Presidente comunicou que continuaria tramitando o Projeto de Resolução nº 326, do Vereador Jorge Luís Martins Soares, que cria a medalha do mérito educacional; considerando que estava aguardando estudos sobre o custo da medalha. Em seguida, foi lida a seguinte proposição: a) Jorge Luís Martins Soares: 1) Indicação nº 530: implantação do 6º ano no Grupo Padre Manoel. Nada mais havendo, foi encerrada a sessão às dezenove horas e dez minutos e redigida esta ata que, depois de colocada em discussão em Plenário e aprovada, segue assinada pelo Sr. Presidente; por mim, Secretário; e demais Vereadores presentes à sessão que a aprovou.

Jorge Luís Martins Soares  
Presidente da Câmara

Paulo Henrique da Silva  
Secretário

Antônio Dias de Oliveira

Juscélio Bernardino Braz

Maria do Carmo Vieira da Silva Gomes

Maurílio Rodrigues dos Reis

Romeu Moreira Batista

Sérgio Antônio Mota Furtado

Túlio Mota Salgado

**Ata da Sexagésima Segunda Sessão Ordinária da Câmara Municipal de Rio Pomba.** Às dezenove horas do dia dezoito de fevereiro de dois mil e dezesseis, reunidos no Plenário da Câmara os Vereadores: Antônio Dias de Oliveira, Jorge Luís Martins Soares, Juscélio Bernardino Braz, Maria do Carmo Vieira da Silva Gomes, Maurílio Rodrigues dos Reis, Romeu Moreira Batista e Túlio Mota Salgado; ausentes os Vereadores Paulo Henrique da Silva e Sérgio Antônio Mota Furtado, foi aberta a sessão pelo sr. Presidente, Vereador Jorge Luís Martins Soares, que deu início ao expediente e colocou em discussão a ata da sessão anterior (11/02/2016). Colocada em votação, a ata foi aprovada pela unanimidade dos presentes. Após, foi lida a seguinte correspondência: a) comunicado de liberação de recursos, R\$40.000,00, Associação dos Remanescentes Quilombolas e Atingidos por Barragem da Comunidade dos Coelhos. Em sequência foram lidas as seguintes proposições: a) Maurílio Rodrigues dos Reis: 1) Indicação nº 534: instalação de banheiro na Praça Ministro Odilon Braga; b) Paulo Henrique da Silva: 1) Indicação nº 119-4ª edição: asfaltamento da Rua Diógenes Coelho Gomes; c) Túlio Mota Salgado: 1) Indicação nº 540: instituição do auxílio-aluguel; d) Paulo Henrique da Silva, Túlio Mota Salgado e Maurílio Rodrigues dos Reis: 1) Indicação nº 120-4ª edição: praça no alto da Rua Geraldo Rosa Soares; e) Túlio Mota Salgado, Paulo Henrique da Silva e Maria do Carmo Vieira da Silva Gomes: 1) Indicação nº 535: edificação de um trevo de acesso ao loteamento Panorama. O Vereador Paulo Henrique da Silva compareceu à sessão. O sr. Presidente leu carta do Deputado Bráulio Braz comunicando recursos de R\$50.000,00 ao Hospital São Vicente de Paulo. Às dezenove horas e oito minutos, o sr. Presidente deu abertura à ordem do dia e comunicou que continuaria tramitando o Projeto de Resolução nº 326, do Vereador Jorge Luís Martins Soares, que cria a medalha do mérito educacional; considerando que o texto seria modificado por sugestões de vereadores. Com a palavra livre, a Vereadora Maria do Carmo disse que procurou saber melhor sobre a situação trazida pela sra. Juliana, cuja residência está em situação de risco, e soube que a Prefeitura alocou no orçamento de 2015 o valor de R\$150.000,00, mas repassou R\$50.000,00, como demonstra informação obtida através do Portal da Transparência; o Secretário de Planejamento lhe informou que o orçamento é uma previsão que não enseja obrigatoriedade de repasse, no caso inviabilizado pela queda da receita e outras situações. O Vereador Túlio Mota disse que a situação da sra. Juliana e de outras casas vizinhas já foi levado ao sr. Prefeito pelos moradores e as providências que estiverem ao alcance da Prefeitura serão tomadas. Nada mais havendo, foi encerrada a sessão às dezenove horas e treze minutos e redigida esta ata que, depois de colocada em discussão em Plenário e aprovada, segue assinada pelo Sr. Presidente; por mim, Secretário; e demais Vereadores presentes à sessão que a aprovou.

Jorge Luís Martins Soares  
Presidente da Câmara

Paulo Henrique da Silva  
Secretário

Antônio Dias de Oliveira

Juscélio Bernardino Braz

Maria do Carmo Vieira da Silva Gomes

Maurílio Rodrigues dos Reis

Romeu Moreira Batista

Sérgio Antônio M. Furtado

Túlio Mota Salgado

**Ata da Sexagésima Terceira Sessão Ordinária da Câmara Municipal de Rio Pomba.** Às dezenove horas e oito minutos do dia três de março de dois mil e dezesseis, reunidos no Plenário da Câmara os Vereadores: Antônio Dias de Oliveira, Jorge Luís Martins Soares, Maria do Carmo Vieira da Silva Gomes, Maurílio Rodrigues dos Reis, Romeu Moreira Batista, Sérgio Antônio Mota Furtado e Túlio Mota Salgado; ausentes os Vereadores Juscélio Bernardino Braz e Paulo Henrique da Silva, foi aberta a sessão pelo sr. Presidente, Vereador Jorge Luís Martins Soares, que deu início ao expediente e colocou em discussão a ata da sessão anterior (18/02/2016). Colocada em votação, a ata foi aprovada pela unanimidade dos presentes, sendo que o Vereador Sérgio Mota se absteve de votar por estar ausente àquela sessão. O Vereador Paulo Henrique da Silva compareceu à sessão. Após, foram lidas as seguintes correspondências: a) convite para Semana de Música em Astolfo Dutra, dia 05 de março, apresentação de coral de Rio Pomba; b) comunicado da Caixa de repasse de R\$243.750,00 para infraestrutura de esporte e lazer; c) carta do Juiz Eleitoral convidando para reunião sobre a lei eleitoral, dia 10 de março, 10 horas, no fórum. Considerando a ausência do Vereador Juscélio Bernardino Braz, um dos autores, o sr. Presidente determinou a tramitação do Projeto de Lei Complementar nº 20, dos Vereadores Juscélio Bernardino Braz e Antônio Dias de Oliveira: Acrescenta parágrafo ao art. 145 da Lei nº 934/94 – Código de Posturas Municipal, referente ao horário de funcionamento das casas de espetáculos, danceterias e similares. Após, foi lido o Projeto de Lei Complementar nº 21, do Vereador Túlio Mota Salgado: Insere o art. 27-A na Lei nº 934/94 – Código de Postura Municipal, sobre a instalação de banheiros químicos. O Vereador Túlio Mota disse que podem acontecer vazamentos dos banheiros químicos e vários pais fizeram essa solicitação a ele, para que os banheiros químicos fossem instalados do lado de fora da praça, fora da areia onde brincam as crianças. O sr. Presidente determinou a sua tramitação e o encaminhou para análise das comissões de Legislação e de Saúde, sendo que nesta última substituiu o Vereador Túlio pelo Vereador Paulo Henrique da Silva. Seguindo, foi lido o Projeto de Lei nº 1.639, da Mesa Diretora: Concede a revisão geral anual do vencimento dos servidores públicos da Câmara Municipal (11,28%, INPC). Havendo a dispensa de prazos e interstícios de tramitação pelo Plenário, o sr. Presidente solicitou a manifestação verbal das comissões de Legislação, Justiça e Redação Final e de Finanças, Orçamento e Tomada de Contas. Ambos os pareceres foram a favor do projeto. Então, ainda no expediente, o Sr. Presidente colocou em discussão o Projeto de Lei nº 1.639. O Vereador Sérgio Mota perguntou se esse projeto não caracteriza a mesma situação do subsídio dos agentes políticos, tendo em vista que foi concedido aumento real no ano passado. O sr. Presidente disse que não, pois o aumento pode ser proposto pela Mesa Diretora, ficando sob apreciação do Plenário a aprovação. Encerrada a discussão, o Projeto de Lei nº 1.639 foi colocado em votação e aprovado pela unanimidade dos presentes. Dando continuidade, foi lido o Projeto de Lei nº 1.640, do Executivo: Dispõe sobre abertura de crédito adicional especial e dá outras providências (Remer). Havendo a dispensa de prazos e interstícios de tramitação pelo Plenário, o sr. Presidente solicitou a manifestação verbal da comissão de Finanças, Orçamento e Tomada de Contas. O parecer foi a favor do projeto. Então, ainda no expediente, o Sr. Presidente colocou em discussão

o Projeto de Lei nº 1.640. Encerrada a discussão, o Projeto de Lei nº 1.640 foi colocado em votação e aprovado pela unanimidade dos presentes. Após, foi lido o Projeto de Lei nº 1.641, da Vereadora Maria do Carmo Vieira da Silva Gomes: Institui no município de Rio Pomba o Dia do Gari. Este projeto seguiu tramitando e foi encaminhado à Comissão de Legislação, sendo a Vereadora Maria do Carmo substituída pelo Vereador Túlio Mota Salgado. Continuando os trabalhos foi apresentado o Projeto de Resolução nº 327, da Mesa Diretora: Estabelece o novo regimento interno da Câmara Municipal de Rio Pomba. O sr. Presidente determinou a sua tramitação, encaminhou-o à Comissão de Legislação e disse que o mesmo está à disposição dos vereadores, inclusive para cópias. Seguindo a pauta, foi lido o Requerimento nº 106, dos Vereadores Romeu Moreira Batista e Sérgio Mota: Requer informações sobre concessão de subvenção à Ascarp. A Vereadora Maria do Carmo disse que o valor repassado foi de R\$50.000,00, conforme informação obtida pelo Portal da Transparência. Colocado em votação, o Requerimento nº 106 foi aprovado pela unanimidade dos presentes. Tendo em vista a ausência do autor, o sr. Presidente determinou a tramitação do Requerimento nº 107, do Vereador Juscélio Bernardino Braz: Requer informações sobre a permissão de táxis. Em sequência foram lidas as seguintes proposições: a) Antônio Dias de Oliveira: 1) Indicação nº 15/2013-2ª edição: limpeza das estradas rurais; b) Jorge Luís Martins Soares: 1) Indicação nº 71-5ª edição: providências em estrada rural da Serrinha; 2) Indicação nº 506-2ª edição: providências no canil municipal; 3) Indicação nº 541: extensão de calçamento na Rua Diógenes Coelho Gomes; c) Juscélio Bernardino Braz: 1) Indicação nº 488-2ª edição: providências no Bairro Sol Nascente; 2) Indicação nº 545: providências no distrito industrial; 3) Indicação nº 547: instalação de portais nas entradas da cidade; d) Maria do Carmo Vieira da Silva Gomes: 1) Indicação nº 543: limpeza em estrada rural de Carmos; 2) Indicação nº 544: redutores de velocidade na *Estação*; e) Paulo Henrique da Silva: 1) Indicação nº 418-2ª edição: construção de escadão no final da Alameda dos Inconfidentes; 2) Indicação nº 551: programa de regularização fundiária; f) Sérgio Mota: 1) Indicação nº 182-2ª edição: regulamentação da Lei do Vale Cultura; g) Túlio Mota Salgado: 1) Indicação nº 536: construção de ponte de acesso ao bairro Santa Isabel; 2) Indicação nº 538: construção de ponte de concreto no Bomjardim; h) Túlio Mota Salgado e Paulo Henrique da Silva: 1) Indicação nº 86-5ª edição: academia e quadra poliesportiva no bairro Prefeito Geraldo Homem de Faria; i) Romeu Moreira Batista e Sérgio Mota: 1) Indicação nº 539: denominação de escola municipal; j) Todos os Vereadores: 1) Indicação nº 53-2ª edição: construção de muro de contenção no bairro Nossa Senhora das Graças. O Vereador Romeu Moreira Batista apresentou a Indicação nº 553/2016 e solicitou que todos os vereadores assinassem. Às dezenove horas e quarenta e seis minutos foi aberta a ordem do dia e o sr. Presidente determinou a tramitação do Projeto de Resolução nº 326, do Vereador Jorge Luís Martins Soares: Cria a medalha do mérito educacional. Na forma do art. 155 do Regimento Interno, o Vereador Sérgio Mota apresentou o Requerimento nº 108: Requer informações complementares da audiência da Lei de Responsabilidade Fiscal. O Vereador Sérgio Mota disse que na segunda-feira o Secretário, André, veio fazer a apresentação do relatório; disse que numa dessas apresentações pediu a ele certos números, ao que o secretário respondeu não tê-los em mãos e que os traria

hoje; o Vereador Sérgio disse que antes desta reunião perguntou ao secretário e a resposta foi que não trouxe, de forma que gostaria de formalizar esse requerimento solicitando os valores dos recursos vinculados e livres; pediu o apoio dos vereadores para que esses valores sejam apresentados. A Vereadora Maria do Carmo perguntou se o secretário ainda não estaria no prazo para apresentar as informações. O Vereador Sérgio disse que nas audiências é que se apresenta. Os Vereadores Romeu e Maria do Carmo disseram não se lembrar de que o secretário ficou de trazer os documentos hoje. O Vereador Sérgio disse que foi afirmado para hoje e que está gravado em áudio. O Sr. Presidente autorizou o Secretário Municipal, André Luiz Senra Condé, a usar a palavra sobre o assunto. O Secretário disse que o detalhamento pedido pelo Vereador Sérgio não faz parte da audiência da Lei de Responsabilidade Fiscal obrigatoriamente; disse que se disponibilizou a trazer os dados para o Vereador Sérgio, porém, sem definir data; comentou que essas informações estão disponíveis no Portal da Transparência. O Vereador Sérgio disse que são argumentos do secretário e gostaria que os dados fossem apresentados como uma obrigação do Executivo. O Secretário disse que não são dados obrigatórios para a audiência da LRF, que os dados serão disponibilizados mas não houve fixação de data. O Vereador Romeu disse não se lembrar de que foi marcada data para a entrega das informações; ressaltou que a forma com que o secretário apresentou o relatório foi muito boa; adiantou o seu voto como contrário ao requerimento, por não se lembrar da marcação de prazo. O Vereador Túlio disse que o secretário falou em trazer os dados, mas não se lembra de definição de data, não podendo ele (Túlio) assim afirmar que sim ou não; manifestou o seu voto a favor do requerimento. Colocado em votação, o Requerimento nº 108 foi rejeitado por 04 (quatro) votos dos Vereadores: Romeu Moreira Batista, Paulo Henrique da Silva, Maria do Carmo Vieira da Silva Gomes e Antônio Dias de Oliveira; votando a favor os Vereadores: Túlio Mota Salgado, Maurílio Rodrigues dos Reis e Sérgio Mota. O Vereador Romeu justificou o seu voto contrário como sendo um voto de confiança ao Secretário, acreditando que ele enviará as informações. A Vereadora Maria do Carmo disse acreditar que o secretário enviará os dados, e que o prazo de 15 dias ainda não se expirou. O Sr. Presidente comunicou que a próxima sessão ordinária será no dia dezessete de março. Nada mais havendo, foi encerrada a sessão às dezenove horas e cinquenta e seis minutos e redigida esta ata que, depois de colocada em discussão em Plenário e aprovada, segue assinada pelo Sr. Presidente; por mim, Secretário; e demais Vereadores presentes à sessão que a aprovou.

Jorge Luís Martins Soares  
Presidente da Câmara

Paulo Henrique da Silva  
Secretário

Antônio Dias de Oliveira

Juscélio Bernardino Braz

Maria do Carmo Vieira da Silva Gomes

Maurílio Rodrigues dos Reis

Romeu Moreira Batista

Sérgio Antônio Mota Furtado

Túlio Mota Salgado

**Ata da Sexagésima Quarta Sessão Ordinária da Câmara Municipal de Rio Pomba.** Às dezenove horas e cinco minutos do dia dezessete de março de dois mil e dezesseis, reunidos no Plenário da Câmara todos os Vereadores: Antônio Dias de Oliveira, Jorge Luís Martins Soares, Juscélio Bernardino Braz, Maria do Carmo Vieira da Silva Gomes, Maurílio Rodrigues dos Reis, Paulo Henrique da Silva, Romeu Moreira Batista, Sérgio Antônio Mota Furtado e Túlio Mota Salgado; foi aberta a sessão pelo sr. Presidente, Vereador Jorge Luís Martins Soares, que deu início ao expediente e colocou em discussão a ata da sessão anterior (03/03/2016). Colocada em votação, a ata foi aprovada por unanimidade. Após, foram lidas as seguintes correspondências: a) carta-resposta do Presidente da Ascarp; b) ofício da Prefeitura sobre jogos escolares; c) ofício do Secretário André Condé informando valores solicitados pelo Vereador Sérgio. O Sr. Presidente perguntou se os autores do Projeto de Lei Complementar nº 20 gostariam de usar a palavra. Os Vereadores Juscélio Bernardino Braz e Antônio Dias de Oliveira, autores, requisitaram ao sr. Presidente a retirada de tramitação do Projeto de Lei Complementar nº 20: Acrescenta parágrafo ao art. 145 da Lei nº 934/94 – Código de Posturas Municipal, referente ao horário de funcionamento das casas de espetáculos, danceterias e similares. O requerimento foi deferido pelo sr. Presidente. O Vereador Romeu Moreira disse ter conhecimento de que o funcionamento da casa de show localizada no bairro Santa Isabel é alvo de reclamações e abaixo-assinado dos moradores, a questão do alvará irregular e que a Prefeitura já ter sido notificada disso; disse que os autores tiveram o bom senso de retirar o projeto, porque ele não seria aprovado pelos vereadores cientes de haver um questionamento sobre o funcionamento da casa de shows citada. O Vereador Antônio Dias disse que não via problema em estender em mais uma hora a autorização para funcionamento, mas, percebendo que o projeto não ia passar, preferiu retirá-lo. O Vereador Sérgio Mota disse que a situação da casa de show do b. Santa Isabel não está resolvida, havendo uma notificação ao Prefeito quanto a isso; disse que existe uma situação jurídica não resolvida, de modo que não cabe ao Legislativo nesse momento votar favorável ao projeto; parabenizou aos autores pela retirada; disse conhecer a situação por morar naquele bairro e saber das reclamações dos moradores, tratando-se de um caso mal iniciado, com erro inclusive do Executivo ao conceder o alvará. Continuou tramitando o Projeto de Resolução nº 327, da Mesa Diretora: Estabelece o novo regimento interno da Câmara Municipal de Rio Pomba. Foi lido o Requerimento nº 107, do Vereador Juscélio Bernardino Braz: Requer informações sobre a permissão de táxis. Votado, este requerimento foi aprovado por unanimidade. Mediante convite feito pelo Presidente da Câmara ao Pelotão PM de nossa cidade para uma explanação sobre a segurança pública, compareceu ao Plenário o Tenente Coronel PM Lúcio Mauro Campos Silva, Comandante do 21º Batalhão PM de Ubá. O Ten. Cel. Campos apresentou informações e estatísticas sobre a segurança pública e a atuação da Polícia Militar na área do 21º Batalhão. Ele pode ouvir dos Vereadores solicitações, opiniões e também reclamações, sendo tudo sistematicamente anotado para as devidas providências. Algumas notícias foram trazidas pelo Comandante, dentre as quais destacamos: a) Instalação de Companhia PM: é grande a possibilidade da elevação do Pelotão de Rio Pomba ao posto de Companhia, quando então mais recursos e policiais passarão a ser investidos aqui.

Ressalte-se que o Pelotão PM é responsável também pelos municípios de Mercês, Silveirânia e Tabuleiro; b) Patrulhamento com motos: foi informado que as duas motos que circulavam em Rio Pomba foram designadas para outro município, onde sua presença era prioritária, mas que essas motos retornarão em breve; c) Aumento do efetivo: mais um policial será designado para o Pelotão Rio Pomba após a Semana Santa, melhorando a escala de serviço e o atendimento à população, com possibilidade da alocação de um sargento também; d) Patrulha rural: estarão atuando na zona rural um veículo da Patrulha Rural e da Polícia do Meio Ambiente, com vistas inclusive às rotas do tráfico de drogas. Conforme solicitado por Vereadores, o Ten. Cel. Campos se incumbiu de solicitar o apoio da Polícia Rodoviária na fiscalização dos veículos de grande porte que têm se desviado pelas estradas rurais a fim de fugir da fiscalização estadual. Foram passadas informações pontuais ao Comandante, como realização de blitzens, perseguições perigosas com carros da PM a motocicletas, fiscalização dos veículos que trafegam com som automotivo em altos níveis sonoros etc. O Ten. Cel. Campos falou das dificuldades tanto da Polícia Militar quanto da Civil para combater os crimes praticados por menores de idade, devido à falta de estrutura para acolher esses infratores apreendidos, ainda que sejam reincidentes nas suas práticas delituosas. Ressaltou o êxito do Batalhão em prender duas quadrilhas de assalto a caixas eletrônicas em cidades vizinhas. O Comandante sugeriu que os Vereadores oficiem o sr. Promotor de Justiça para que ele estabeleça uma ação de combate e apreensão dos veículos que desobedeçam à legislação do nível sonoro. Importante registrar o pedido feito pelo Comandante à população, de contar com a colaboração das pessoas no ato de registrarem suas demandas em boletins de ocorrência (BO), pois somente assim a Polícia Militar toma conhecimento oficial dos fatos e, através de todo o seu sistema de inteligência, pode se organizar e mobilizar no combate ao crime. O Ten. Cel. Campos se fez acompanhar do Sargento Edson (representando o Pelotão de Rio Pomba) e do Sargento Neves (representando o destacamento de Mercês). Estava presente também o Sr. Vinícius Leal Faria, Secretário Municipal de Administração e Finanças. Como informou o Ten. Cel. Campos, o Sr. Prefeito, Dr. Fernando Antônio Dutra Macedo, é parceiro da Polícia Militar no sentido de buscar melhorias para Rio Pomba, inclusive com importante participação no processo de instalação de uma Companhia PM no município. O Comandante do 21º BPM agradeceu pela oportunidade de dialogar com os Vereadores e disse que está à disposição da comunidade sempre que convidado a debater sobre a atuação da Polícia Militar, inclusive como uma forma de aproximar o cidadão e a PM. Em sequência foram lidas: a) Jorge Luís Martins Soares: 1) Indicação nº 479-2ª edição: corrimão na escada existente na lateral da Rua Joviano Teixeira; 2) Indicação nº 515-2ª edição: iluminação pública das ruas Cel. João Bento e Joviano Teixeira; 3) Indicação nº 542: redutor de velocidade na Rua Cel. Francisco Vieira; b) Juscélio Bernardino Braz: 1) Indicação nº 549: limpeza nas entradas da cidade; c) Maurílio Rodrigues dos Reis: 1) Indicação nº 559: academia ao ar livre nos Granatos; 2) Indicação nº 560: asfaltamento de ruas no loteamento São Francisco; d) Paulo Henrique da Silva: 1) Indicação nº 507-2ª edição: iluminação pública no final da Rua Diógenes Coelho Gomes; 2) Indicação nº 550: grade de proteção na Praça Vereador Mundico; e) Sérgio Mota: 1) Indicação nº 558: transporte escolar para

estudantes da educação superior; f) Túlio Mota Salgado: 1) Indicação nº 546: fiscalização de som automotivo; 2) Indicação nº 554: limpeza do córrego Independência na Pedreira; g) Túlio Mota Salgado e Paulo Henrique da Silva: 1) Indicação nº 36-4ª edição: ampliação do cemitério e da capela mortuária; h) Todos os Vereadores: 1) Indicação nº 553: sinalização na Praça Joaquim Alves de Araújo. Às vinte e uma horas e vinte minutos, aberta a ordem do dia, o sr. Presidente determinou a tramitação do Projeto de Resolução nº 326, do Vereador Jorge Luís Martins Soares: Cria a medalha do mérito educacional. Também continuaram tramitando, enquanto aguardam os pareceres das comissões: a) Projeto de Lei Complementar nº 21, do Vereador Túlio Mota Salgado: Insere o art. 27-A na Lei nº 934/94 – Código de Postura Municipal, sobre a instalação de banheiros químicos; b) Projeto de Lei nº 1.641, da Vereadora Maria do Carmo Vieira da Silva Gomes: Institui no município de Rio Pomba o Dia do Gari. O sr. Presidente comunicou que a próxima sessão será no dia sete de abril. Nada mais havendo, foi encerrada a sessão às vinte e uma horas e vinte e dois minutos e redigida esta ata que, depois de colocada em discussão em Plenário e aprovada, segue assinada pelo Sr. Presidente; por mim, Secretário; e demais Vereadores presentes à sessão que a aprovou.

Jorge Luís Martins Soares  
Presidente da Câmara

Paulo Henrique da Silva  
Secretário

Antônio Dias de Oliveira

Juscélio Bernardino Braz

Maria do Carmo Vieira da Silva Gomes

Maurílio Rodrigues dos Reis

Romeu Moreira Batista

Sérgio Antônio Mota Furtado

Túlio Mota Salgado

**Ata da Sexagésima Quinta Sessão Ordinária da Câmara Municipal de Rio**

**Pomba.** Às dezenove horas do dia oito de abril de dois mil e dezesseis, reunidos no Plenário da Câmara os Vereadores: Jorge Luís Martins Soares, Juscélio Bernardino Braz, Maria do Carmo Vieira da Silva Gomes, Maurílio Rodrigues dos Reis, Paulo Henrique da Silva, Romeu Moreira Batista, Sérgio Antônio Mota Furtado e Túlio Mota Salgado; ausente o Vereador Antônio Dias de Oliveira; foi aberta a sessão pelo sr. Presidente, Vereador Jorge Luís Martins Soares, que deu início ao expediente e colocou em discussão a ata da sessão anterior (17/03/2016). Colocada em votação, a ata foi aprovada pela unanimidade dos presentes. Após, foram lidas as seguintes correspondências: a) convite da Academia de Letras para homenagens amanhã; b) convite da Prefeitura para evento em comemoração ao Dia Mundial da Saúde, dia 11, segunda-feira, 13h30min, na Câmara Municipal. Passando às proposições, foi lido o Projeto de Lei nº 1.642, do Executivo: Dispõe sobre o uso das calçadas, vias públicas e logradouros, e dá outras providências. O Vereador Sérgio Mota disse que esse projeto precisa ser muito bem analisado e citou alguns itens que lhe chamaram a atenção. A Vereadora Maria do Carmo disse que os comerciantes deverão pedir a autorização junto à Prefeitura para usar os passeios, e que o projeto precisa ser estudado. O sr. Presidente pediu que a Assessora Jurídica da Câmara não apenas emita o parecer jurídico, mas que entenda o projeto para o traduzir aos Vereadores e tirar as dúvidas. O Vereador Maurílio disse haver entendido que poderá usar espaço na rua também. Este projeto seguiu tramitando e foi encaminhado às comissões de Legislação e de Obras e Serviços; o sr. Presidente disse que depois que a Assessora Jurídica estudar o projeto poderão os vereadores se reunirem para analisá-lo. A seguir, foi lido o Projeto de Lei nº 1.643, do Executivo: Dispõe sobre a criação, organização e funcionamento do Conselho Municipal de Educação do Município de Rio Pomba e dá outras providências. Este projeto seguiu tramitando e foi encaminhado às comissões de Legislação e de Educação. A Vereadora Maria do Carmo sugeriu que as comissões se reúnam na segunda-feira, dezessete horas, para analisar os projetos. O Vereador Antônio Dias de Oliveira foi substituído pelo Vereador Paulo Henrique da Silva, por determinação do sr. Presidente, tendo em vista o estado de saúde do Vereador Antônio Dias. Após, foi lido o Projeto de Lei nº 1.644, da Mesa Diretora: Dispõe sobre a revisão geral anual do subsídio dos agentes políticos municipais do Poder Executivo. O sr. Presidente disse que o percentual usado é o mesmo que será empregado na revisão anual da remuneração dos servidores municipais; consultou ao plenário quanto à concessão do regime de urgência especial para apreciação desse projeto. Pela unanimidade dos presentes o plenário aprovou o regime de urgência especial. Então, o sr. Presidente solicitou a manifestação das comissões de Legislação e de Finanças. As comissões apresentaram o parecer conjunto pela legalidade e favorável ao projeto. Então, com a permissão plenária, o sr. Presidente colocou em discussão, ainda no expediente, o Projeto de Lei nº 1.644. Encerrada a discussão por ausência de oradores, o sr. Presidente colocou em votação o Projeto de Lei nº 1.644, obtendo-se a sua aprovação pela unanimidade dos presentes. O Vereador Sérgio Mota disse que faz uma crítica ao ver que o Prefeito faz uma festa estrondosa no município, referindo-se ao leilão da Apvarp no parque de exposições, e dá um reajuste ao funcionalismo de apenas quatro por cento; comentou que votou a favor porque o

projeto não será mudado. Ato contínuo, foi lido o Projeto de Lei nº 1.645, da Mesa Diretora: Estabelece o subsídio do Prefeito, Vice-Prefeito, Secretários Municipais e Assessor Jurídico para o mandato de 2017 a 2020 e dá outras providências. O sr. Presidente comentou que os valores são exatamente os mesmos vigentes com a aplicação da revisão de quatro por cento aprovada nesta sessão. O sr. Presidente consultou ao plenário quanto à concessão do regime de urgência especial para apreciação desse projeto. Pela unanimidade dos presentes o plenário aprovou o regime de urgência especial. Então, o sr. Presidente solicitou a manifestação das comissões de Legislação e de Finanças. As comissões apresentaram o parecer conjunto pela legalidade e favorável ao projeto. Então, com a permissão plenária, o sr. Presidente colocou em discussão, ainda no expediente, o Projeto de Lei nº 1.645. Encerrada a discussão por ausência de oradores, o sr. Presidente colocou em votação o Projeto de Lei nº 1.645, obtendo-se a sua aprovação pela unanimidade dos presentes. Seguindo os trabalhos, foi lido o Projeto de Resolução nº 328, da Mesa Diretora: Dispõe sobre a revisão geral anual do subsídio dos agentes políticos municipais do Poder Legislativo. O sr. Presidente consultou ao plenário quanto à concessão do regime de urgência especial para apreciação desse projeto. Pela unanimidade dos presentes o plenário aprovou o regime de urgência especial. Então, o sr. Presidente solicitou a manifestação das comissões de Legislação e de Finanças. As comissões apresentaram o parecer conjunto pela legalidade e favorável ao projeto. Então, com a permissão plenária, o sr. Presidente colocou em discussão, ainda no expediente, o Projeto de Resolução nº 328. Encerrada a discussão por ausência de oradores, o sr. Presidente colocou em votação o Projeto de Resolução nº 328, obtendo-se a sua aprovação pela unanimidade dos presentes. Após, foi lido o Projeto de Resolução nº 329, da Mesa Diretora: Estabelece o subsídio dos Vereadores para a legislatura de 2017 a 2020 e dá outras providências. O sr. Presidente consultou ao plenário quanto à concessão do regime de urgência especial para apreciação desse projeto. Pela unanimidade dos presentes o plenário aprovou o regime de urgência especial. Então, o sr. Presidente solicitou a manifestação das comissões de Legislação e de Finanças. As comissões apresentaram o parecer conjunto pela legalidade e favorável ao projeto. Então, com a permissão plenária, o sr. Presidente colocou em discussão, ainda no expediente, o Projeto de Resolução nº 329. Encerrada a discussão por ausência de oradores, o sr. Presidente colocou em votação o Projeto de Resolução nº 329, obtendo-se a sua aprovação por 06 (seis) votos dos Vereadores: Sérgio Antônio Mota Furtado, Maurílio Rodrigues dos Reis, Maria do Carmo Vieira da Silva Gomes, Paulo Henrique da Silva, Túlio Mota Salgado e Romeu Moreira Batista; votando contra o Vereador Juscélio Bernardino Braz. Em sequência foram lidas as seguintes proposições: a) Jorge Luís Martins Soares: 1) Indicação nº 67-4ª edição: redutores de velocidade no bairro Experimental; 2) Indicação nº 509-2ª edição: criação de Companhia PM em Rio Pomba; 3) Indicação nº 557: placas indicativas de nomes de ruas; b) Juscélio Bernardino Braz: 1) Indicação nº 569: castração de cães; 2) Indicação nº 571: redutores de velocidade; c) Maria do Carmo Vieira da Silva Gomes: 1) Indicação nº 568: iluminação em rua adjacente à Pantaleão Mota Couto; d) Maurílio Rodrigues dos Reis: 1) Indicação nº 567: limpeza de estradas rurais e no bairro Santa Isabel; e) Paulo Henrique da Silva: 1) Indicação nº 329-2ª edição:

providências na quadra poliesportiva do parque de exposições; 2) Indicação nº 562: doação de terreno para o Partido Alto; f) Túlio Mota Salgado: 1) Indicação nº 548: providências no Distrito Industrial; 2) Indicação nº 570: operação da zona azul; g) Túlio Mota Salgado e Paulo Henrique da Silva: 1) Indicação nº 171-4ª edição: asfaltamento de vias. Às vinte horas e treze minutos, aberta a ordem do dia, o sr. Presidente determinou a tramitação das seguintes proposições: a) Projeto de Resolução nº 326, do Vereador Jorge Luís Martins Soares: Cria a medalha do mérito educacional; b) Projeto de Resolução nº 327, da Mesa Diretora: Estabelece o novo regimento interno da Câmara Municipal de Rio Pomba. Sobre o Projeto de Resolução nº 326 o Vereador Romeu Moreira Batista, Presidente da Comissão de Legislação, disse que irá fazer o parecer escrito. Sobre Projeto de Resolução nº 327, após consenso, ficou designada uma reunião na sala de comissões com todos os vereadores para o dia 26 (vinte e seis) de abril, às dezessete horas. O sr. Presidente colocou em primeira discussão o Projeto de Lei Complementar nº 21, do Vereador Túlio Mota Salgado: Insere o art. 27-A na Lei nº 934/94 – Código de Postura Municipal, sobre a instalação de banheiros químicos. O autor do projeto disse que no transporte dos banheiros químicos podem acontecer vazamentos que contaminariam a areia do jardim. Encerrada a discussão, o plenário deliberou pela colocação do projeto em votação em primeira discussão. Então, o sr. Presidente solicitou a manifestação das comissões de Legislação e de Saúde (nesta, o Vereador Túlio foi substituído pelo Vereador Maurílio). As comissões apresentaram o parecer conjunto pela legalidade e favorável ao projeto. Então, o sr. Presidente colocou em votação o Projeto de Lei Complementar nº 21, obtendo-se a sua aprovação pela unanimidade dos presentes. Seguindo os trabalhos, foi colocado em primeira discussão o Projeto de Lei nº 1.641, da Vereadora Maria do Carmo Vieira da Silva Gomes: Institui no município de Rio Pomba o Dia do Gari. Encerrada a discussão por falta de oradores, o plenário deliberou pela colocação do projeto em votação em primeira discussão. Então, o sr. Presidente solicitou a manifestação da Comissão de Legislação (a Vereadora Maria do Carmo foi substituída pelo Vereador Túlio). A comissão apresentou o parecer pela legalidade e favorável ao projeto. Então, o sr. Presidente colocou em votação o Projeto de Lei nº 1.641, obtendo-se a sua aprovação pela unanimidade dos presentes. Em razão do feriado do dia vinte e um de abril, a próxima sessão ordinária foi antecipada para o dia vinte de abril, às dezenove horas, mediante consenso do plenário. O Vereador Jorge Luís leu e-mail enviado pela viúva do Prof. Ubirajara Pinto de Deus, relacionada à proposta de criação da Medalha do Mérito Educacional. O Vereador Túlio Mota disse que pediu ao Ten. Cel. Campos, quando da sua visita à Câmara, para verificar a possibilidade de fazer algo semelhante à “Rede de Comércio Protegidos” para a zona rural, sendo que então ficou marcada reunião para o dia treze de maio, às dezenove horas, no Sindicato dos Produtores Rurais, sobre o que chegará convite aos vereadores. Nada mais havendo, foi encerrada a sessão às vinte horas e vinte e três minutos e redigida esta ata que, depois de colocada em discussão em Plenário e aprovada, segue assinada pelo Sr. Presidente; por mim, Secretário; e demais Vereadores presentes à sessão que a aprovou.  
(ASSINATURAS NO VERSO DESTA FOLHA).

**Ata da Sexagésima Sexta Sessão Ordinária da Câmara Municipal de Rio**

**Pomba.** Às dezenove horas do dia vinte de abril de dois mil e dezesseis, reunidos no Plenário da Câmara os Vereadores: Antônio Dias de Oliveira, Jorge Luís Martins Soares, Juscélio Bernardino Braz, Maria do Carmo Vieira da Silva Gomes, Maurílio Rodrigues dos Reis, Paulo Henrique da Silva, Romeu Moreira Batista e Sérgio Antônio Mota Furtado; ausente o Vereador Túlio Mota Salgado; foi aberta a sessão pelo sr. Presidente, Vereador Jorge Luís Martins Soares, que deu início ao expediente e, tendo em vista que a ata da sessão anterior não ficou pronta, solicitou a leitura das seguintes correspondências: a) convite da Assembleia de Deus Vale das Virtudes; b) convite da Câmara de Juiz de Fora para palestra no dia 11, 14 às 17:30; c) resposta da Chefe de Gabinete do Governador sobre ofício dos Vereadores (nomeação de agentes da Polícia Civil); d) comunicado de convênio para aquisição de veículo. Foi lido também Ofício do Promotor de Justiça solicitando apoio para a coleta de assinaturas na campanha “Mar de Lama Nunca Mais”, para projeto de lei de iniciativa popular. O sr. Presidente disse que os vereadores que desejarem poderão assiná-lo. Passando às proposições, o sr. Presidente determinou a tramitação do Projeto de Lei nº 1.642, do Executivo: Dispõe sobre o uso das calçadas, vias públicas e logradouros, e dá outras providências; enquanto aguarda a análise das comissões. A seguir, foi lido o Projeto de Lei nº 1.646, do Executivo: Dispõe sobre a revisão geral anual para os servidores públicos municipais e dá outras providências. O Vereador Sérgio Mota comentou que a diferença retroativa será paga parcelada; achou um absurdo esse parcelamento mediante o gasto com festa realiza, caracterizando que o pagamento do funcionalismo não é prioridade. O sr. Presidente consultou ao plenário quanto ao regime de urgência especial solicitado pelo autor. Pela unanimidade dos presentes o plenário aprovou o pedido de urgência especial. Então, o sr. Presidente solicitou a manifestação das comissões de Legislação e de Finanças (o Vereador Túlio, ausente, foi substituído pelo Vereador Paulo). As comissões apresentaram o parecer conjunto pela legalidade e favorável ao projeto. Então, com a permissão plenária, o sr. Presidente colocou em discussão, ainda no expediente, o Projeto de Lei nº 1.646. Encerrada a discussão por ausência de oradores, o sr. Presidente colocou em votação o Projeto de Lei nº 1.646, obtendo-se a sua aprovação pela unanimidade dos presentes. A seguir, foi lido o Projeto de Lei nº 1.647, do Vereador Romeu Moreira Batista: Denomina rua com o nome de Pastor Francisco Marcelino Barbosa, no bairro Santa Isabel. A Vereadora Maria do Carmo parabenizou ao Vereador Romeu porque há uns três ou quatro meses a D<sup>a</sup> Neida a procurou para colocar o nome de seu pai em uma rua; então ela e o funcionário Ramon pesquisaram na Prefeitura e encontrou uma rua sem nome, sendo que na quarta-feira o funcionário Ramon telefonou para o Eliel Toledo mas o Vereador Romeu já havia passado lá e pego o nome para o projeto; parabenizou ao Vereador Romeu e disse que o importante é homenagear o pastor, indiferente de quem seja o autor, tendo em vista ter ele sido uma pessoa boa e um bom pastor e em consideração à D<sup>a</sup> Neida. O Vereador Romeu disse que gostaria de explicar o ocorrido; comentou que depois dessa confusão de filiações partidárias, saiu do PSDB com o compromisso de ir para o PMDB e, ao filiar-se no PMDB, o Pastor Joel lhe ofereceu apoio porque somente vota em candidatos do PMDB; então, lidando em sua casa por várias vezes, a D<sup>a</sup> Neida lhe falou que pediu à Vereadora há bem

tempo e esta não tinha dado continuidade ao processo, pedindo então que ele (Romeu) entrasse com o projeto; ele então respondeu à D<sup>a</sup> Neida que não sabia se havia rua para colocar nome, mas conversando com o “Mala Veia”, este lhe sugeriu o lugar, de modo que então procurou o funcionário Ramon, agendou com ele o nome da rua descoberta por ele (Romeu), fui ao Coutinho, tanto que é o primeiro projeto denominando rua que entra com o mapa, geralmente sendo o Ramon que telefona para a Prefeitura e descobre, mas ele (Romeu) foi diretamente no Coutinho e pegou, telefonando depois para a D<sup>a</sup> Neida e conversando com ela; seguiu dizendo que veio então o problema da mudança de partido, que esteve com a D<sup>a</sup> Neida sábado, na feira, e lhe disse que ficasse muito à vontade para entregar o currículo do Pastor Francisco a quem ela quizesse, porque hoje ele (Romeu) era adversário político por apoiar o Giovani Baía; disse que então a D<sup>a</sup> Neida lhe disse que faria o currículo e o entregaria para ele (Romeu) porque a Vereadora Ducarmo não deu continuidade, tanto que ela o entregou para ele e ele jamais iria tomar o currículo das suas mãos; disse que D<sup>a</sup> Neida lhe falou que vota na pessoa, e não em partido. A Vereadora Ducarmo disse que não há problema; comentou que esteve conversando com a D<sup>a</sup> Neida e ela lhe perguntou como o Vereador Romeu ficou sabendo, mas que não havia problema algum, sendo importante que se achou uma rua para denominar, sendo a mesma que ela pretendia; disse que a D<sup>a</sup> Neida lhe deu outra explicação, mas que não havia problema. O Vereador Sérgio perguntou até que ponto a rua estava sendo denominada e o Vereador Romeu respondeu que é até a Copasa. Este projeto seguiu tramitando e foi encaminhado à Comissão de Legislação (o Vereador Romeu foi substituído pelo Vereador Maurílio). Continuando os trabalhos foi lido o Projeto de Lei nº 1.648, do Executivo: Denomina próprio público com o nome de Dr. Ordelino Motta, o Centro de Saúde I que menciona. Este projeto seguiu tramitando e foi encaminhado à Comissão de Legislação. Após, foi lido o Projeto de Lei nº 1.649, do Executivo: Denomina próprio público com o nome de Dr. José Reis Santos, o Centro de Saúde II que menciona. Este projeto seguiu tramitando e foi encaminhado à Comissão de Legislação. Mediante o pedido de dois vereadores que necessitavam se retirar mais cedo da reunião, o sr. Presidente antecipou a ordem do dia da sessão e determinou a tramitação do Projeto de Resolução nº 326, do Vereador Jorge Luís Martins Soares: Cria a medalha do mérito educacional. Igualmente seguiu tramitando o Projeto de Resolução nº 327, da Mesa Diretora: Estabelece o novo regimento interno da Câmara Municipal de Rio Pomba. Seguindo foi lido o Ofício nº 065/2016, do Executivo: faz alteração no Projeto de Lei 1.643. O sr. Presidente colocou em primeira discussão o Projeto de Lei nº 1.643, do Executivo: Dispõe sobre a criação, organização e funcionamento do Conselho Municipal de Educação do Município de Rio Pomba e dá outras providências. O Sr. Presidente disse que a aprovação do projeto é necessária para não prejudicar o recebimento de verbas da Educação. Encerrada a discussão por ausência de oradores e havendo a dispensa de prazos e interstícios de tramitação pelo Plenário, o sr. Presidente solicitou a manifestação das comissões de Legislação e Educação (o Vereador Túlio foi substituído pelo Vereador Paulo). O parecer conjunto foi pela legalidade e favorável ao projeto, com a alteração proposta pelo autor. Então, o sr. Presidente colocou em votação o Projeto de Lei nº 1.643, obtendo-se a sua aprovação pela unanimidade dos presentes. Sobre o Projeto de Resolução nº 326, o

Vereador Romeu disse que na terça-feira estiveram alguns Vereadores estudando e existem alguns detalhes a serem vistos, sendo que pretende fazer emenda; sobre o Projeto de Lei nº 1.642 também existem dúvidas. O Sr. Presidente pediu que as emendas sejam trazidas para a próxima reunião; propôs que os Vereadores se reunissem na sala de comissões para estudar o novo regimento interno que está em apreciação, ficando então designada a data de vinte e seis de abril, às dezessete horas, após consenso do plenário. Às dezenove horas e cinquenta minutos, autorizados pelo sr. Presidente, retiraram-se da sessão os Vereadores Maurílio Rodrigues dos Reis e Romeu Moreira Batista. Em sequência foram lidas as seguintes proposições: a) Jorge Luís Martins Soares: 1) Indicação nº 290-4ª edição: recebimento de imóvel em doação; b) Maria do Carmo Vieira da Silva Gomes: 1) Indicação nº 573: adicional de insalubridade para serviços gerais; c) Paulo Henrique da Silva: 1) Indicação nº 114-4ª edição: reparo e asfaltamento na Rua Dante Menicucci; 2) Indicação nº 523-2ª edição: redutores de velocidade no bairro São Manoel; 3) Indicação nº 564: pulverização com o veículo fumacê na cidade; d) Sérgio Mota: 1) Indicação nº 412-2ª edição: UBS no bairro Lindo Vale; e) Túlio Mota Salgado: 1) Indicação nº 555: capinação química em diversas ruas da cidade; 2) Indicação nº 556: correção de rede coletora de esgotos na Av. Manoel Fernandes; 3) Indicação nº 566: instalação de bueiro na Rua Diógenes Coelho Gomes. Nada mais havendo, foi encerrada a sessão às dezenove horas e cinquenta e cinco minutos e redigida esta ata que, depois de colocada em discussão em Plenário e aprovada, segue assinada pelo Sr. Presidente; por mim, Secretário; e demais Vereadores presentes à sessão que a aprovou.

Jorge Luís Martins Soares  
Presidente da Câmara

Paulo Henrique da Silva  
Secretário

Antônio Dias de Oliveira

Juscélio Bernardino Braz

Maria do Carmo Vieira da Silva Gomes

Maurílio Rodrigues dos Reis

Romeu Moreira Batista

Sérgio Antônio Mota Furtado

Túlio Mota Salgado

**Ata da Vigésima Primeira Sessão Extraordinária da Câmara Municipal de Rio Pomba.** Às treze horas do três de maio de dois mil e dezesseis, reunidos no Plenário da Câmara os Vereadores: Jorge Luís Martins Soares, Juscélio Bernardino Braz, Maria do Carmo Vieira da Silva Gomes, Maurílio Rodrigues dos Reis, Paulo Henrique da Silva, Romeu Moreira Batista, Sérgio Antônio Mota Furtado e Túlio Mota Salgado; ausente o Vereador Antônio Dias de Oliveira; foi aberta a sessão pelo sr. Presidente, Vereador Jorge Luís Martins Soares, que deu início à ordem do dia, conforme regularmente convocada esta sessão, e solicitou a leitura do Projeto de Lei nº 1.650, do Executivo: Autoriza o Poder Executivo a assinar convênio com o Hospital Santa Isabel de Ubá para atendimento na área que menciona e dá outras providências. O sr. Presidente explicou que o convenio abrangerá apenas situações de urgência relacionados a traumas buco-maxilares decorrentes de acidentes. O sr. Presidente consultou ao plenário quanto à concessão do regime de urgência especial para o projeto de lei, obtendo-se a aprovação do regime de urgência pela unanimidade dos presentes. Então, o sr. Presidente solicitou a manifestação da Comissão de Finanças Orçamento e Tomada de Contas. O parecer foi favorável ao projeto de lei, por unanimidade dos membros. O sr. Presidente então colocou em votação o Projeto de Lei nº 1.650, obtendo-se a sua aprovação pela unanimidade dos presentes. Nada mais havendo, foi encerrada a sessão às treze horas e vinte minutos e redigida esta ata que, depois de colocada em discussão em Plenário e aprovada, segue assinada pelo Sr. Presidente; por mim, Secretário; e demais Vereadores presentes à sessão que a aprovou.

Jorge Luís Martins Soares  
Presidente da Câmara

Paulo Henrique da Silva  
Secretário

Antônio Dias de Oliveira

Juscélio Bernardino Braz

Maria do Carmo Vieira da Silva Gomes

Maurílio Rodrigues dos Reis

Romeu Moreira Batista

Sérgio Antônio Mota Furtado

Túlio Mota Salgado

**Ata da Sexagésima Sétima Sessão Ordinária da Câmara Municipal de Rio**

**Pomba.** Às dezenove horas e vinte minutos do dia cinco de maio de dois mil e dezesseis, reunidos no Plenário da Câmara todos os Vereadores: Antônio Dias de Oliveira, Jorge Luís Martins Soares, Juscélio Bernardino Braz, Maria do Carmo Vieira da Silva Gomes, Maurílio Rodrigues dos Reis, Paulo Henrique da Silva, Romeu Moreira Batista, Sérgio Antônio Mota Furtado e Túlio Mota Salgado; foi aberta a sessão pelo sr. Presidente, Vereador Jorge Luís Martins Soares, que deu início ao expediente e colocou em discussão as atas das sessões anteriores (08/04/2016, 20/04/2016 e 03/05/2016). As três atas foram aprovadas por unanimidade. Em seguida, foram lidas as seguintes correspondências: a) convite para lançamento de livro, dia 06 de maio, Francisco Bomtempo de Oliveira; b) convite para palestra no Sindicato Rural sobre segurança na zona rural, com Polícia Militar e Civil, dia 13 de maio, 19 horas; c) convite para abertura da Femur Ubá. Passando às proposições, o sr. Presidente determinou a tramitação do Projeto de Lei nº 1.642, do Executivo: Dispõe sobre o uso das calçadas, vias públicas e logradouros, e dá outras providências; enquanto aguarda a análise das comissões. O sr. Presidente solicitou que os pareceres das comissões sejam apresentados por escrito, conforme orientação da Assessora Jurídica da Câmara, e ainda que sejam trazidos para a próxima reunião. Os Vereadores Romeu Moreira e Maria do Carmo, presidentes das comissões de Legislação e de Serviços, designaram reunirem os membros no dia nove próximo, às dezessete horas, na Câmara. A seguir, foi lido o Projeto de Lei nº 1.651, do Executivo: Denomina próprio público com o nome de Dr. Henrique Dias Filho, a Unidade Básica de Saúde que menciona. O Sr. Presidente consultou ao plenário quanto à concessão do regime de urgência especial para apreciação desse projeto. Por unanimidade plenário aprovou o regime de urgência especial. Então, o sr. Presidente solicitou a manifestação da Comissão de Legislação. O parecer da comissão foi pela legalidade e favorável ao projeto. Então, com a permissão plenária, o sr. Presidente colocou em discussão, ainda no expediente, o Projeto de Lei nº 1.651. Encerrada a discussão por ausência de oradores, o sr. Presidente colocou em votação o Projeto de Lei nº 1.651, obtendo-se a sua aprovação por unanimidade. O Vereador Sérgio Mota registrou que a citada UBS recebeu equipamentos oriundos de recursos provenientes de emenda parlamentar do Deputado Padre João, liberados em 2015. Após, foi lida a Moção nº 33, do Vereador Jorge Luís Martins Soares: Moção de aplausos a José Carlos Coelho Camilo. Votada, a Moção nº 33 foi aprovada por unanimidade. O Vereador Sérgio Mota pediu ao sr. Presidente que definisse a data para a entrega das moções de aplausos. Após consenso, ficou designada a data de vinte e quatro de junho próximo, sexta-feira, às dezenove horas. O sr. Presidente pediu que os vereadores tragam os nomes das pessoas a serem homenageadas em tempo para a próxima sessão. Em sequência foram lidas: a) Juscélio Bernardino Braz: 1) Indicação nº 574: instalação de semáforo; 2) Indicação nº 575: reforma de dependências da Prefeitura; b) Maria do Carmo Vieira da Silva Gomes: 1) Indicação nº 578: instalação de redutor de velocidade na MG-133; 2) Indicação nº 579: providências na Av. Manoel Fernandes; 3) Indicação nº 580: inibição da prática de queimadas; c) Paulo Henrique da Silva: 1) Indicação nº 490-2ª edição: asfaltamento de ruas do bairro Nª Sra. das Graças; 2) Indicação nº 565: instalação de reservatório de água no alto da comunidade Sá Neves;

3) Indicação nº 581: instalação de lixeiras comunitárias; d) Romeu Moreira Batista: 1) Indicação nº 591: mudança do sentido de trânsito no bairro Santa Isabel; e) Túlio Mota Salgado: 1) Indicação nº 537: asfaltamento da Rua Juquinha Quintão; 2) Indicação nº 552: funcionamento das creches municipais; 3) Indicação nº 561: providência no bebedouro da quadra do Rosa Mística. Sobre a Indicação nº 591, o Vereador Sérgio Mota disse que mora no bairro abrangido e que é preciso que a Câmara faça esta discussão, mas que com relação à Rua Antônio Mota Campos o trânsito em sentido único, da Praça Ruy Batista Santiago para cá, prejudicará os mercados existentes porque os moradores que vão para a zona rural não irão fazer suas compras lá, uma vez que passarão pela outra rua; disse que o trânsito e a passagem de pedestres naquele bairro é complicado. Às dezenove horas e quarenta e dois minutos foi aberta a ordem do dia. O sr. Presidente perguntou ao Vereador Romeu Moreira se ele já havia feito a emenda ao Projeto de Resolução nº 326. O Vereador Romeu Moreira disse que esteve analisando melhor e que votará contrário a esse projeto para não criar despesas, não necessitando assim apresentar emenda. O sr. Presidente determinou então a tramitação do Projeto de Resolução nº 326, do Vereador Jorge Luís Martins Soares: Cria a medalha do mérito educacional. Continuando os trabalhos foram lidas quatro emendas da Mesa Diretora ao Projeto de Resolução nº 327. O Vereador Sérgio Mota solicitou que o Projeto de Resolução nº 327 seguisse tramitando para que pudesse fazer uma emenda quanto ao prazo concedido às comissões para analisarem as proposições, que ele considera pequeno, especialmente o prazo de sete dias para o relator. Assim, o sr. Presidente determinou a tramitação do Projeto de Resolução nº 327, da Mesa Diretora: Estabelece o novo regimento interno da Câmara Municipal de Rio Pomba. Seguindo, foi colocado em primeira discussão o Projeto de Lei nº 1.647, do Vereador Romeu Moreira Batista: Denomina rua com o nome de Pastor Francisco Marcelino Barbosa, no bairro Santa Isabel. O Sr. Presidente solicitou o parecer verbal da Comissão de Legislação, Justiça e Redação Final, substituindo o Vereador Romeu pelo Vereador Maurílio Rodrigues dos Reis. O parecer foi pela legalidade e constitucionalidade do projeto. Então, havendo a dispensa de prazos e interstícios de tramitação pelo plenário, o sr. Presidente colocou em votação o Projeto de Lei nº 1.647, obtendo-se a sua aprovação por unanimidade. Em seguida, o sr. Presidente colocou em primeira discussão o Projeto de Lei nº 1.648, do Executivo: Denomina próprio público com o nome de Dr. Ordolino Motta, o Centro de Saúde I que menciona. O Sr. Presidente solicitou o parecer verbal da Comissão de Legislação, Justiça e Redação Final. O parecer foi pela legalidade e constitucionalidade do projeto. Então, havendo a dispensa de prazos e interstícios de tramitação pelo plenário, o sr. Presidente colocou em votação o Projeto de Lei nº 1.648, obtendo-se a sua aprovação por unanimidade. Após, foi colocado em primeira discussão o Projeto de Lei nº 1.649, do Executivo: Denomina próprio público com o nome de Dr. José Reis Santos, o Centro de Saúde II que menciona. O Sr. Presidente solicitou o parecer verbal da Comissão de Legislação, Justiça e Redação Final. O parecer foi pela legalidade e constitucionalidade do projeto. Então, havendo a dispensa de prazos e interstícios de tramitação pelo plenário, o sr. Presidente colocou em votação o Projeto de Lei nº 1.649, obtendo-se a sua aprovação por unanimidade. O sr. Presidente anunciou que desejava marcar a data para uma

sessão extraordinária de entrega das moções aprovadas pela Câmara. O sr. Presidente comunicou que o Assessor Jurídico da Prefeitura avisou por e-mail que as respostas aos requerimentos da Câmara estavam anexas e que amanhã estará protocolando na Câmara os originais. O Vereador Sérgio Mota, nos termos dos arts. 50 e 57, § 2º, III, do Regimento Interno solicitou à Comissão de Educação, Saúde e Assistência que fizesse uma fiscalização sobre o estado de conservação dos veículos que fazem o transporte dos pacientes de hemodiálise, em função de reclamações publicadas em rede social quanto ao seu mau estado de conservação. O sr. Presidente disse que pedirá ao secretário da Câmara que faça um ofício de encaminhamento à Comissão de Saúde. Nada mais havendo, foi encerrada a sessão às vinte horas e cinco minutos e redigida esta ata que, depois de colocada em discussão em Plenário e aprovada, segue assinada pelo Sr. Presidente; por mim, Secretário; e demais Vereadores presentes à sessão que a aprovou.

Jorge Luís Martins Soares  
Presidente da Câmara

Paulo Henrique da Silva  
Secretário

Antônio Dias de Oliveira

Juscélio Bernardino Braz

Maria do Carmo Vieira da Silva Gomes

Maurílio Rodrigues dos Reis

Romeu Moreira Batista

Sérgio Antônio Mota Furtado

Túlio Mota Salgado

**Ata da Sexagésima Oitava Sessão Ordinária da Câmara Municipal de Rio**

**Pomba.** Às dezenove horas do dia dezenove de maio de dois mil e dezesseis, reunidos no Plenário da Câmara os Vereadores: Jorge Luís Martins Soares, Juscélio Bernardino Braz, Maria do Carmo Vieira da Silva Gomes, Maurílio Rodrigues dos Reis, Paulo Henrique da Silva, Romeu Moreira Batista, Sérgio Antônio Mota Furtado e Túlio Mota Salgado; ausente o Vereador Antônio Dias de Oliveira; foi aberta a sessão pelo sr. Presidente, Vereador Jorge Luís Martins Soares, que deu início ao expediente e colocou em discussão a ata da sessão anterior (05/05/2016), a qual foi aprovada pela unanimidade dos presentes. A seguir, foi lido convite da 1ª Igreja Presbiteriana. Após, foi lido ofício da Secretária Municipal de Educação solicitando a designação de representantes da Câmara no Conselho Municipal de Educação, bem como o Ofício nº 83/2016-PC, designando três vereadores titulares e três suplentes. A pedido do autor, seguiu tramitando, antes da leitura, o Projeto de Lei nº 1.652, do Vereador Túlio Mota Salgado: Dispõe sobre o atendimento a clientes em estabelecimentos bancários do município. Neste momento compareceu à sessão o Vereador Antônio Dias de Oliveira. Seguindo nas proposições, o sr. Presidente comunicou o recebimento do Projeto de Lei nº 1.653, do Executivo: Dispõe sobre as diretrizes para a elaboração da lei orçamentária de 2017 e dá outras providências. O sr. Presidente determinou a tramitação deste projeto, disse que não seria lido por ser muito extenso, sendo que ficava à disposição para consulta e cópias; disse que, segundo o regimento interno, fica aberto o prazo de quinze dias para apresentação de emendas, depois do que será encaminhado à Comissão de Finanças. Seguindo os trabalhos foi lido o Requerimento nº 109, dos Vereadores Sérgio Mota e Juscélio Bernardino Braz: Requer informações sobre pontos de táxis. Votado, o requerimento foi aprovado por unanimidade. Em sequência, foram lidas resumidamente e votadas, uma de cada vez, sendo todas aprovadas por unanimidade, as seguintes proposições: 1) Moção nº 34, Vereadora Maria do Carmo V. S. Gomes: Moção de aplausos a Jorge Luís da Silva; 2) Moção nº 35, Vereadora Maria C. V. S. Gomes: Moção de aplausos a Diego de Paiva Ferreira; 3) Moção nº 36, Vereador Túlio Mota Salgado: Moção de aplausos a Cláudio Vitor Malta; 4) Moção nº 37, Vereador Túlio M. Salgado: Moção de aplausos a Jairo Christian de Oliveira Goulart; 5) Moção nº 38, Vereador Juscélio B. Braz: Moção de aplausos a Gastão Raimundo de Faria Batista; 6) Moção nº 39, Vereador Jorge Luís M. Soares: Moção de aplausos a José Alfredo Quintão Furtado; 7) Moção nº 40, Vereador Jorge Luís M. Soares: Moção de aplausos aos Contadores de História; 8) Moção nº 41, Vereador Túlio Mota Salgado: Moção de aplausos a Paulo César Toledo; 9) Moção nº 42, Vereador Juscélio Bernardino Braz: Moção de aplausos ao Dr. Diogo dos Reis Abreu; 10) Moção nº 43, Vereador Juscélio Bernardino Braz: Moção de aplausos ao sr. Antônio Soares; 11) Moção nº 44, Vereadora Maria C. V. S. Gomes: Moção de aplausos a Alírio Roberto da Silva. Na sequência, foi lido o resumo da Moção nº 45, Vereador Romeu M. Batista: Moção de aplausos ao Dr. Gabriel Hillen A. Andrade. O Vereador Maurílio Rodrigues dos Reis perguntou ao autor se o homenageado era o Delegado de Polícia Civil de Rio Pomba. O autor respondeu que sim. O Vereador Maurílio disse que essa moção colocaria a Câmara em uma situação difícil por causa da situação que está acontecendo na cidade, conforme comentários de populares; disse que já conversou sobre isso recentemente

com o Presidente da Câmara e que iria se abster de votar. O Vereador Romeu disse que o Delegado já está regularizando a situação. Colocada em votação, a Moção nº 45 foi aprovada por 07 (sete) votos dos Vereadores: Romeu Moreira Batista, Juscélio Bernardino Braz, Túlio Mota Salgado, Paulo Henrique da Silva, Maria do Carmo Vieira da Silva Gomes, Antônio Dias de Oliveira e Sérgio Antônio Mota Furtado; sendo que o Vereador Maurílio Rodrigues dos Reis absteve-se de votar. O Vereador Maurílio disse que gostaria de votar a favor mas tem muita reclamação sobre esse negócio. Continuando, foram lidas resumidamente e votadas, uma de cada vez, sendo ambas aprovadas por unanimidade, as seguintes proposições: 1) Moção nº 46, Vereador Romeu M. Batista: Moção de aplausos ao Dr. Guilherme Moura e Silva; 2) Moção nº 47, Vereador Romeu M. Batista: Moção de aplausos ao Dr. Romeu Canônico Júnior. Em sequência foram lidas as seguintes proposições: 1) Jorge Luís Martins Soares: 1) Indicação nº 592: parada de ônibus na Rua Cel. Francisco Vieira; 2) Juscélio Bernardino Braz: 1) Indicação nº 186-2ª edição: edificação da Praça do Compromisso; 2) Indicação nº 588: providências na quadra do bairro Rosa Mística; 3) Indicação nº 589: redutor de velocidade próximo do Grupo São José; 3) Maria do Carmo Vieira da Silva Gomes: 1) Indicação nº 583 (ao 21º BPM): policiamento no terminal rodoviário; 2) Indicação nº 584 (ao Prefeito): policiamento no terminal rodoviário; 3) Indicação nº 585: bueiro nas imediações da Delegacia e da Del Rey Pneus; 4) Paulo Henrique da Silva: 1) Indicação nº 502-2ª edição: asfaltamento de ruas adjacentes à Rua Geraldo Rosa Soares; 2) Indicação nº 582: redimensionamento da rede de esgoto do arião; 3) Indicação nº 586: reforma de calçamentos em bloquetes; 5) Sérgio Mota: 1) Indicação nº 594: recuperação de estrada vicinal; 6) Túlio Mota Salgado: 1) Indicação nº 472-2ª edição: câmeras de monitoramento urbano; 2) Indicação nº 572: redutores de velocidade; 3) Indicação nº 596: construção de passeio. Após, foi lido o Relatório nº 01, da Comissão de Educação, Saúde e Assistência: Vistoria em veículos da Secretaria Municipal de Saúde. O Sr. Presidente disse que vai encaminhar o relatório ao sr. Prefeito. O Vereador Sérgio Mota disse que gostaria que o relatório fosse enviado ao Executivo para a tomada das providências com maior urgência, por se tratar de veículo da área da saúde; pediu cópia do relatório e do encaminhamento. Às dezenove horas e quarenta e quatro minutos, aberta a ordem do dia, o sr. Presidente colocou em discussão o Projeto de Resolução nº 326, do Vereador Jorge Luís Martins Soares: Cria a medalha do mérito educacional. O Vereador Jorge disse que o seu intuito é o de homenagear os alunos que se destacarem em atividades das escolas, sendo que serão as escolas quem os indicarão; sugeriu o nome do Prof. Ubirajara pelos méritos que são de conhecimento público. Encerrada a discussão, o sr. Presidente solicitou o parecer verbal das comissões de Legislação e de Finanças. O Vereador Romeu Moreira Batista, Presidente da Comissão de Legislação, disse que o seu parecer é contrário ao projeto pelo custo de confecção dessas medalhas; de forma alguma contrário ao nome do Prof. Ubirajara, inclusive havendo indicação sua para colocação do nome em escola municipal; disse que vivemos numa época de recessão nacional onde toda redução de gastos deve ser feita; comentou ainda que os critérios para escolher os homenageados não estão bem claros. A Vereadora Maria do Carmo disse que tudo que se trata de incentivo à educação ela é favorável. Pela Comissão de Legislação, opinaram

favoráveis ao projeto os Vereadores Maria do Carmo Vieira da Silva Gomes e Paulo Henrique da Silva; votando contra o Vereador Romeu Moreira Batista. Pela Comissão de Finanças, opinaram favoráveis ao projeto os Vereadores Maria do Carmo Vieira da Silva Gomes e Túlio Mota Salgado; votando contra o Vereador Romeu Moreira Batista. Então, o sr. Presidente colocou em votação o Projeto de Resolução nº 326, que recebeu quatro votos favoráveis dos Vereadores: Juscélio Bernardino Braz, Túlio Mota Salgado, Paulo Henrique da Silva e Maria do Carmo Vieira da Silva Gomes; e quatro votos contrários dos Vereadores: Romeu Moreira Batista, Maurílio Rodrigues dos Reis, Antônio Dias de Oliveira e Sérgio Antônio Mota Furtado. O Vereador Maurílio disse que, desde o início, já se manifestava contra o projeto pela criação de mais um gasto para a Câmara; citou que o Prof. Ubirajara merece a homenagem e já recebeu outras homenagens desta Casa, mas é contra a criação da medalha. O Vereador Sérgio Mota citou que o nome do Prof. Ubirajara é inquestionável, mas segue o raciocínio do Presidente da Comissão de Legislação quanto à necessidade da contenção de gastos num período de crise, em Rio Pomba não sendo diferente do resto do país; votou contra em função da geração de despesas. Havendo empate, o sr. Presidente votou a favor do Projeto de Resolução nº 326, que foi então aprovado por 05 (cinco) votos. Disse que os Vereadores poderão ver que os custos não serão altos. Continuando os trabalhos, foram lidas e colocadas em discussão as seguintes emendas ao Projeto de Resolução nº 327: a) Subemenda nº 01 à Emenda nº 01-Modificativa, do Vereador Sérgio Mota; b) Emenda nº 02-Modificativa, da Mesa Diretora; c) Emenda nº 03-Modificativa, da Mesa Diretora; d) Emenda nº 04-Aditiva, da Mesa Diretora; e) Emenda nº 05-Modificativa, do Vereador Sérgio Mota; f) Emenda nº 06-Modificativa, do Vereador Sérgio Mota. Cada uma das citadas emendas foi colocada em votação, sendo todas aprovadas por unanimidade. O Vereador Sérgio Mota pediu a tramitação do Projeto de Resolução nº 327, da Mesa Diretora: Estabelece o novo regimento interno da Câmara Municipal de Rio Pomba. O pedido do Vereador Sérgio foi no sentido da necessidade de melhor avaliar algumas questões do regimento que é antigo. O sr. Presidente então determinou a tramitação da proposição e pediu que os vereadores tragam as emendas para a próxima reunião. Continuando os trabalhos, foram lidas sete emendas ao Projeto de Lei nº 1.642, assinadas pelo Vereador Romeu Moreira Batista, as quais ficaram tramitando e à disposição para assinatura dos vereadores que desejarem. O Vereador Romeu disse que todos os vereadores podem assinar e citou que as ideias já foram apresentadas a dois comerciantes em reunião com alguns vereadores. O Vereador Jorge disse que alguns comerciantes lhe pediram calma nessa análise, porque desejam pegar uma cópia do projeto. O Vereador Sérgio disse que a presença dos comerciantes deve ser feita antes das emendas para que o projeto atenda a todos os comerciantes; opinou que não haja pressa na análise do projeto. A Vereadora Maria do Carmo disse que o projeto é complicado e precisa ser muito estudado para não prejudicar. O Vereador Sérgio Mota disse enxergar um problema na dificuldade de fiscalização da Prefeitura no período noturno e nos finais de semana, quanto à necessidade do espaço de um metro para os pedestres; citou outras situações de estreitamento e degraus nos passeios. O Vereador Maurílio disse que é preciso pensar nas barracas de lanches. Também seguiu tramitando o Projeto de Lei nº 1.642, do Executivo: Dispõe sobre o

uso das calçadas, vias públicas e logradouros, e dá outras providências. O sr. Presidente comunicou que o sr. Prefeito respondeu aos requerimentos de informações da Câmara que estavam sem atendimento, e disse que as respostas estão à disposição. O Vereador Romeu Moreira disse que o sr. Prefeito enviou algumas informações que não respondem ao que foi solicitado pela Câmara, como no caso da aquisição de terreno da Usina Ituerê; particularmente nesse caso, disse que ficam dúvidas se o município já tomou posse do terreno, se a pessoa que está usando o faz a título gratuito ou oneroso e outras dúvidas. O Vereador Sérgio Mota disse que são vários requerimentos, a maioria do ano passado, onde apenas alguns são respondidos devidamente; disse que fez solicitação de informação na Prefeitura quanto aos gastos com publicidade e sugeriu que o sr. Presidente encaminhe ao Ministério Público os requerimentos não respondidos pelo Prefeito, porque o seu pedido de informação antes citado, feito através do Ministério Público, foi atendido com uma velocidade impressionante; citou que o sr. Prefeito não respeitou os vereadores em seus pedidos de informação; citou os números gastos com publicidade que obteve do Executivo, nos três primeiros semestres anteriores; reiterou que o sr. Presidente encaminhe ao Ministério Público os requerimentos não respondidos pelo Executivo. O Sr. Presidente disse que verificará a situação com a assessoria jurídica da Câmara porque entendia que todos haviam sido respondidos. O Vereador Romeu Moreira disse que gostaria que reapresentar o Requerimento nº 98/2015 para que a Câmara o votasse novamente. O Vereador Sérgio Mota disse entender que seria o caso de enviar ao Ministério Público porque a Câmara já aprovou e o Executivo tem cópia do requerimento, que não foi respondido e nem será. A Dra. Vânia disse que deve ser reiterado o pedido e, caso ainda fique sem atendimento, toma-se a providência cabível. O Vereador Romeu disse que o Vereador Túlio apresentou sugestão de se oficiar ao Executivo comunicando que a resposta não foi satisfatória. O Vereador Sérgio Mota insistiu que o pedido seja feito através do Ministério Público porque a Câmara já reiterou o pedido ao Prefeito duas vezes. O Vereador Romeu disse que deve ser dada mais uma chance ao Executivo. O Sr. Presidente disse que fará novo ofício do Presidente da Câmara cobrando do Executivo as informações que não foram atendidas. Com autorização do sr. Presidente, o Vereador Helton Marini Saraiva, Presidente da Câmara Municipal de Tabuleiro, fez a entrega e leu convite para sessão solene de homenagens daquela Casa. O Sr. Presidente, Vereador Jorge Luís, a pedido de alguns vereadores, propôs o adiamento para o segundo semestre da sessão extraordinária para entrega de moções de aplausos, que havia sido designada para o dia 24 (vinte e quatro) de junho. O plenário unanimemente concordou. O sr. Presidente comunicou que a próxima sessão ordinária será no dia dois de junho. Com permissão para usar a palavra, o Vereador Sérgio Mota fez pronunciamento sobre a situação da menina Hilary, filha de Priscila, que está repercutindo em redes sociais, e se trata da necessidade da realização de um tratamento fisioterápico especial, não coberto pelo SUS, e não está obtendo o transporte pela Secretaria Municipal de Saúde; disse que está acompanhando esse caso e procurará o Ministério Público para resolver a questão; disse que a Câmara deveria tomar uma atitude no sentido de viabilizar, através do sr. Prefeito, o transporte para o tratamento. O Vereador Jorge Luís disse que todo tratamento não atendido pelo SUS necessita da intervenção do

Ministério Público. O Vereador Maurílio disse que pode estar havendo um mal atendido, porque a Secretaria de Saúde pode não ter conhecimento do caso. O Vereador Sérgio Mota disse que o Secretário de Saúde já comunicou não poder disponibilizar carro para o transporte diariamente, e que a mãe já precisou realizar um escândalo na Secretaria de Saúde. Disse que os vereadores podem se informar do caso e saberão dessas e outras informações ainda mais, que envolvem inclusive *bulling* que a criança está sofrendo. Nada mais havendo, foi encerrada a sessão às vinte e uma horas e redigida esta ata que, depois de colocada em discussão em Plenário e aprovada, segue assinada pelo Sr. Presidente; por mim, Secretário; e demais Vereadores presentes à sessão que a aprovou.

Jorge Luís Martins Soares  
Presidente da Câmara

Paulo Henrique da Silva  
Secretário

Antônio Dias de Oliveira

Juscélio Bernardino Braz

Maria do Carmo Vieira da Silva Gomes

Maurílio Rodrigues dos Reis

Romeu Moreira Batista

Sérgio Antônio Mota Furtado

Túlio Mota Salgado

**Ata da Vigésima Segunda Sessão Extraordinária da Câmara Municipal de Rio Pomba.** Às treze horas do vinte e três de maio de dois mil e dezesseis, reunidos no Plenário da Câmara todos os Vereadores: Antônio Dias de Oliveira, Jorge Luís Martins Soares, Juscélio Bernardino Braz, Maria do Carmo Vieira da Silva Gomes, Maurílio Rodrigues dos Reis, Paulo Henrique da Silva, Romeu Moreira Batista, Sérgio Antônio Mota Furtado e Túlio Mota Salgado; foi aberta a sessão pelo sr. Presidente, Vereador Jorge Luís Martins Soares, que deu início à ordem do dia, conforme regularmente convocada esta sessão, e solicitou a leitura do Requerimento nº 110, do Vereador Romeu Moreira Batista: Requer a retirada da Moção nº 46/2016. Submetido à votação, o Requerimento nº 110 foi aprovado por unanimidade. Nada mais havendo, foi encerrada a sessão às treze horas e cinquenta minutos e redigida esta ata que, depois de colocada em discussão em Plenário e aprovada, segue assinada pelo Sr. Presidente; por mim, Secretário; e demais Vereadores presentes à sessão que a aprovou.

Jorge Luís Martins Soares  
Presidente da Câmara

Paulo Henrique da Silva  
Secretário

Antônio Dias de Oliveira

Juscélio Bernardino Braz

Maria do Carmo Vieira da Silva Gomes

Maurílio Rodrigues dos Reis

Romeu Moreira Batista

Sérgio Antônio Mota Furtado

Túlio Mota Salgado

**Ata da Sexagésima Nona Sessão Ordinária da Câmara Municipal de Rio**

**Pomba.** Às dezenove horas do dia dois de junho de dois mil e dezesseis, reunidos no Plenário da Câmara todos os Vereadores: Antônio Dias de Oliveira, Jorge Luís Martins Soares, Juscélio Bernardino Braz, Maria do Carmo Vieira da Silva Gomes, Maurílio Rodrigues dos Reis, Paulo Henrique da Silva, Romeu Moreira Batista, Sérgio Antônio Mota Furtado e Túlio Mota Salgado; foi aberta a sessão pelo sr. Presidente, Vereador Jorge Luís Martins Soares, que deu início ao expediente e colocou em discussão as atas das sessões anteriores (19/05/2016, ordinária, e 23/05/2016, extraordinária). Ambas foram aprovadas por unanimidade. A seguir, foram lidas as seguintes correspondências: a) Convite para o 4º Fórum de Saúde Mental, dia 04, 8 horas, Grupo São José; b) Convite Festa Junina da Creche Casulo, dia 04, 16 horas; c) Convite Café Cultura, dia 10, 19h30min, na Biblioteca; d) carta do Gabinete do Deputado Bráulio Braz, comunicando assinatura de aditivo sobre cessão de uso gratuito de imóvel para funcionamento de ETE; e) programação da Festa de São Manoel. O Sr. Presidente disse que foi na Secretaria de Saúde buscar informações sobre o caso da menina Hilary e que convidou pessoalmente o Secretário Municipal de Saúde, Reginaldo Furtado Saraiva, para vir à Câmara e explicar o que aconteceu; como não fez esse convite oficialmente, solicitou autorização plenária para o uso da palavra pelo Secretário Municipal de Saúde, Reginaldo Furtado Saraiva. O plenário autorizou o pronunciamento do Secretário de Saúde e então o sr. Presidente o convidou a sentar-se junto ao plenário para usar a palavra. O sr. Presidente então convidou a sentar-se junto ao plenário o secretário de saúde, para usar a palavra. Como havia pessoas credenciadas para a gravação da sessão em áudio e vídeo, o Vereador Sérgio Mota requisitou ao Presidente da Câmara que obtivesse uma cópia da filmagem que será feita ou então que providencie a sua própria gravação. Solicitada a se pronunciar pela Presidência da Câmara, a Dra. Vânia Maria Barros Saraiva disse que as pessoas que estão autorizadas a filmar não são obrigadas a fornecerem cópia da gravação. O Vereador Romeu Moreira disse que a pessoa que está filmando deve assumir a responsabilidade pelo que pode acontecer; disse não ser muito favorável a autorizar a filmagem. O Vereador Sérgio Mota disse que fez o seu requerimento nesse sentido ao fornecerem uma cópia; pediu que o plenário votem o seu pedido de requisição de cópia da gravação. O sr. Presidente disse que o regimento autoriza a gravação das sessões mediante prévio credenciamento e, como Presidente, não tem autonomia para requisitar a gravação das pessoas; disse que na revisão do regimento interno os vereadores podem analisar a questão, mas hoje continuaremos a sessão, com as solicitações de gravações que já foram feitas, porque a Câmara não pode ferir o direito de imprensa. O Vereador Maurílio citou que a Câmara tem a gravação do áudio. O Vereador Romeu concordou que o sr. Presidente deve cumprir o regimento interno e seguir a reunião, mas que ele peça às pessoas que estarão gravando para cederem gentilmente uma cópia da gravação. Iniciado o seu pronunciamento, o sr. Reginaldo Furtado de Carvalho, Secretário Municipal de Saúde, fez o seu pronunciamento sobre o caso de uma menina menor de idade, que através da sua mãe buscou tratamento de saúde que necessitava; relatou que o caso dessa criança é acompanhado pela Secretaria de Saúde desde a gestação e nascimento; houve debates diversos e perguntas entre os

vereadores e o Secretário de Saúde. Passando às proposições, foi lido o Projeto de Lei nº 1.652, do Vereador Túlio Mota Salgado: Dispõe sobre o atendimento a clientes em estabelecimentos bancários do município. Este projeto seguiu tramitando e foi encaminhado pelo sr. Presidente às comissões de Legislação; Obras e Serviços; e Finanças. Na Comissão de Finanças, o Vereador Túlio, autor, foi substituído pelo Vereador Paulo. Após, o sr. Presidente encaminhou para análise da Comissão de Finanças, Orçamento e Tomada de Contas o Projeto de Lei nº 1.653, do Executivo: Dispõe sobre as diretrizes para a elaboração da lei orçamentária de 2017 e dá outras providências. Seguindo foi lido o Projeto de Lei nº 1.654, do Executivo: Dispõe sobre abertura de crédito adicional especial e dá outras providências. A Vereadora Maria do Carmo e o Vereador Romeu Moreira pediram a votação desse projeto ainda hoje. O Plenário unanimemente concedeu a dispensa de prazos e interstícios de tramitação para apreciação deste projeto em regime de urgência especial, ainda no expediente. Então, o sr. Presidente solicitou a manifestação da Comissão de Finanças. Esta, por unanimidade, concluiu-se verbalmente a favor do projeto. Então, o mesmo foi colocado em votação e aprovado por unanimidade. Em sequência foram lidas as seguintes proposições: a) Jorge Luís Martins Soares: 1) Indicação nº 602: academia ao ar livre na Praça Vereador Joaquim Nunes Martins; 2) Indicação nº 606: muro de contenção nas divisas do córrego Independência; 3) Indicação nº 607: criação do Programa Acompanhante de Idosos; b) Juscélio Bernardino Braz: 1) Indicação nº 593: portal e praça na entrada do parque de exposições; 2) Indicação nº 603: denominação da sede do CRAS; c) Maria do Carmo Vieira da Silva Gomes: 1) Indicação nº 595: cascalhamento na região de Granatos; d) Paulo Henrique da Silva: 1) Indicação nº 598: denominação da quadra poliesportiva da Rua Messias Pereira Baía; e) Sérgio Mota: 1) Indicação nº 608: denominação de Praça Dr. Antônio da Mota Filho; f) Juscélio Bernardino Braz e Sérgio Mota: 1) Indicação nº 590: redutores de velocidade no município de Rio Pomba; g) Paulo Henrique da Silva e Maria do Carmo Vieira da Silva Gomes: 1) Indicação nº 435-2ª edição: asfaltamento do final da Rua Luiza Alvim; h) Túlio Mota Salgado e Maria do Carmo Vieira da Silva Gomes: 1) Indicação nº 587: providência no abastecimento de água no Panorama; i) Túlio Mota Salgado e Paulo Henrique da Silva: 1) Indicação nº 74-3ª edição: pavimentação da Vila Malta. Continuando os trabalhos, foi lida a Moção nº 48, do Vereador Romeu Moreira Batista: Moção de aplausos ao sr. Wilson Esteves Campos. Votada, esta moção foi aprovada por unanimidade. Após, foi lida a Moção nº 49, do Vereador Sérgio Mota: Moção de aplausos ao sr. Pedro Antônio Caetano. Votada, esta moção foi aprovada por unanimidade. Às vinte e uma horas e cinquenta minutos, aberta a ordem do dia, foi lida e colocada em discussão a Emenda nº 07-Aditiva, do Vereador Sérgio Mota, ao Projeto de Resolução nº 327. Votada, esta emenda foi aprovada por unanimidade. Como houve intenções de vereadores de analisarem a apresentação de emenda sobre a gravação das sessões, continuou tramitando o Projeto de Resolução nº 327, da Mesa Diretora: Estabelece o novo regimento interno da Câmara Municipal de Rio Pomba. A seguir, o sr. Presidente determinou a tramitação das Emendas ao Projeto de Lei nº 1.642, e disse que os vereadores que desejarem ainda podem assiná-las. Também continuou tramitando o Projeto de Lei nº 1.642, do Executivo: Dispõe sobre o uso das calçadas, vias públicas e logradouros, e dá outras

providências. O sr. Presidente comunicou que no dia dez de junho, às dezessete horas, haverá audiência para demonstração do cumprimento das metas do 1º quadrimestre deste ano, com parecimento obrigatório para os membros da Comissão de Finanças e opcional para os demais vereadores. Considerando que a próxima sessão ordinária, do dia dezesseis de junho, coincidirá com eventos da programação da Novena de São Manoel, após consenso ficou decidido pela antecipação do horário, de dezenove para dezessete horas. Nada mais havendo, foi encerrada a sessão às vinte e duas horas e redigida esta ata que, depois de colocada em discussão em Plenário e aprovada, segue assinada pelo Sr. Presidente; por mim, Secretário; e demais Vereadores presentes à sessão que a aprovou.

Jorge Luís Martins Soares  
Presidente da Câmara

Paulo Henrique da Silva  
Secretário

Antônio Dias de Oliveira

Juscélio Bernardino Braz

Maria do Carmo Vieira da Silva Gomes

Maurílio Rodrigues dos Reis

Romeu Moreira Batista

Sérgio Antônio Mota Furtado

Túlio Mota Salgado

**Ata da Septuagésima Sessão Ordinária da Câmara Municipal de Rio Pomba.** Às dezessete horas e dez minutos do dia dezesseis de junho de dois mil e dezesseis, reunidos no Plenário da Câmara os Vereadores: Jorge Luís Martins Soares, Juscélio Bernardino Braz, Maria do Carmo Vieira da Silva Gomes, Maurílio Rodrigues dos Reis, Romeu Moreira Batista, Sérgio Antônio Mota Furtado e Túlio Mota Salgado; foi aberta a sessão pelo sr. Presidente, Vereador Jorge Luís Martins Soares, que deu início ao expediente e comunicou que a ata da sessão anterior ainda não estava pronta. A seguir, foram lidas as seguintes correspondências: a) comunicado de assinatura de convênio para calçamento na Serrinha; b) convite da Prefeitura para festa julina; c) Ofício 101, do Prefeito, em resposta a requerimento da Câmara sobre pontos de taxi. Passando às proposições, seguiu tramitando o Projeto de Lei nº 1.652, do Vereador Túlio Mota Salgado: Dispõe sobre o atendimento a clientes em estabelecimentos bancários do município. Este projeto aguarda análise das comissões de Legislação; Obras e Serviços; e Finanças. Neste momento compareceram os Vereadores Antônio Dias de Oliveira e Paulo Henrique da Silva. A seguir, foi lido o Projeto de Lei nº 1.655, do Executivo: Denomina próprio público com o nome de Marcos Antônio de Paula o Centro de Referência de Assistência Social – CRAS. O plenário concedeu a dispensa de prazos e interstícios de tramitação regimental para a discussão e votação do projeto ainda hoje, no expediente. O sr. Presidente então consultou a Comissão de Legislação, Justiça e Redação Final. Por unanimidade de seus membros, esta comissão emitiu parecer verbal pela legalidade e constitucionalidade do projeto. Então, o sr. Presidente colocou em única discussão o Projeto de Lei nº 1.655. Encerrada a discussão, o Projeto de Lei nº 1.655 foi colocado em votação e aprovado por unanimidade. Continuando os trabalhos foi lido o Projeto de Lei nº 1.656, do Vereador Juscélio Bernardino Braz: Declara de utilidade pública a Associação Desportiva Champion Futebol Clube. O sr. Presidente determinou a sua tramitação e o encaminhou para análise da Comissão de Legislação, Justiça e Redação Final. Em sequência foram lidas as seguintes proposições: a) Juscélio Bernardino Braz: 1) Indicação nº 600: limpeza das laterais da Rua Henrique Dias Saraiva; 2) Indicação nº 601: cascalhamento nas ruas do Loteamento Panorama; 3) Indicação nº 604: melhorias nas estradas da região dos Glória; b) Maria do Carmo Vieira da Silva Gomes: 1) Indicação nº 1/2013-3ª edição: ciclovia no Distrito Industrial de Rio Pomba; 2) Indicação nº 577: conserto de rachadura na escola de Candongas; 3) Indicação nº 599: instalação de recipiente para depósito de lixo; c) Paulo Henrique da Silva: 1) Indicação nº 563: asfaltamento da Rua Geralda Canônico de Freitas; 2) Indicação nº 576: ampliação do itinerário do ônibus urbano; 3) Indicação nº 614: redutores de velocidade na Rua Cel. José Furtado de Mendonça; d) Túlio Mota Salgado: 1) Indicação nº 597: redutor de velocidade no bairro Santa Isabel; 2) Indicação nº 611: reparos no calçamento da Praça JK; 3) Indicação nº 613: ligação da Rua Vereador José Paulo de Miranda à Rua Luiza Alvim. Às dezessete horas e vinte minutos, aberta a ordem do dia, o sr. Presidente determinou a tramitação das seguintes proposições: a) Parecer nº 13, da Comissão de Finanças, referente ao Projeto de Lei nº 1.653; b) Projeto de Lei nº 1.653, do Executivo: Dispõe sobre as diretrizes para a elaboração da lei orçamentária de 2017 e dá outras providências. O sr. Presidente disse que convocará sessão extraordinária para a audiência pública da

LDO 2017, que não foi possível de se realizar hoje. Ato contínuo, foi lida a Emenda nº 08, do Vereador Jorge Luís Martins Soares, ao Projeto de Resolução nº 327. O Vereador Romeu Moreira disse que a Câmara deve providenciar meios para gravar as sessões em áudio e vídeo, diante da modernidade e da tendência em haver pessoas solicitando para gravar as reuniões. O Vereador Sérgio Mota disse que a emenda visa facultar ao Presidente a gravação das sessões solenes, tirando a obrigação dessa filmagem; disse que a Câmara deve se equipar para gravar as sessões da Câmara, sendo que as solenes realmente é desnecessário. O sr. Presidente concordou que as sessões ordinárias da Câmara devem ser gravadas. O Vereador Sérgio Mota disse que a transmissão das sessões é que garantiriam a transparência e a credibilidade da Câmara perante os cidadãos. O sr. Presidente disse que verificará o custo de um equipamento de gravação. O autor, Vereador Jorge Luís Martins Soares, mediante os entendimentos dos srs. Vereadores, retirou a Emenda nº 08. Então, o sr. Presidente colocou em discussão o Projeto de Resolução nº 327, da Mesa Diretora: Estabelece o novo regimento interno da Câmara Municipal de Rio Pomba. Encerrada a discussão, o sr. Presidente colocou em votação o Projeto de Resolução nº 327, obtendo-se a sua aprovação por unanimidade. Continuando os trabalhos foram lidas as seguintes emendas ao Projeto de Lei nº 1.642: Emenda Supressiva nº 01, Emenda Aditiva nº 02, Emenda Aditiva nº 03, Emenda Aditiva nº 04, Emenda Modificativa nº 05, Emenda Modificativa nº 06, Emenda Modificativa nº 07. O Vereador Romeu Moreira disse que os Vereadores deveriam se debruçar sobre as emendas para verem se estão compatíveis com a finalidade do projeto, pois o mesmo é complicado e ainda existem dúvidas. O Vereador Maurílio disse que as emendas serão boas para todos os comerciantes. O sr. Presidente disse que o assessor jurídico da Prefeitura não veio hoje, mas poderá vir em outra data para debater o projeto. O Vereador Romeu Moreira disse que o projeto deveria ficar tramitando e a Câmara poderá ser convocada no recesso. O sr. Presidente propôs a convocação extraordinária para apreciar as proposições da pauta para a semana que vem. O Vereador Maurílio opinou que se vote hoje. O Vereador Sérgio disse que o projeto deve ser bem discutido, e citou que a Praça Alcides Marangon contém dois comércios instalados com finalidade econômica. O sr. Presidente disse que serão necessárias duas sessões extraordinárias e pediu que as comissões tragam os pareceres escritos. O sr. Presidente disse que ficaria tramitando o Projeto de Lei nº 1.642, do Executivo: Dispõe sobre o uso das calçadas, vias públicas e logradouros, e dá outras providências. Foi convocada pelo sr. Presidente sessão extraordinária para as dezessete horas do dia vinte e quatro de junho, para apresentação e votação do Projeto de Lei nº 1.653 – LDO 2017. Desta convocação ficaram cientes todos os vereadores, conforme art. 190, parágrafo único, do Regimento Interno. O sr. Presidente disse que verificará com o Assessor Jurídico da Prefeitura uma data para que o mesmo possa falar sobre o Projeto de Lei nº 1.642, quando então convocará os vereadores para sessão extraordinária, incluindo na convocação outras proposições. Nada mais havendo, foi encerrada a sessão às dezessete horas e cinquenta e dois minutos e redigida esta ata que, depois de colocada em discussão em Plenário e aprovada, segue assinada pelo Sr. Presidente; por mim, Secretário; e demais Vereadores presentes à sessão que a aprovou.

(ASSINATURAS NO VERSO DESTA FOLHA)

**Ata da Vigésima Terceira Sessão Extraordinária da Câmara Municipal de Rio Pomba.** Às dezessete horas e doze minutos do vinte e três de junho de dois mil e dezesseis, reunidos no Plenário da Câmara os Vereadores: Jorge Luís Martins Soares, Juscélio Bernardino Braz, Maria do Carmo Vieira da Silva Gomes, Maurílio Rodrigues dos Reis, Paulo Henrique da Silva, Romeu Moreira Batista, Sérgio Antônio Mota Furtado e Túlio Mota Salgado; ausente o Vereador Antônio Dias de Oliveira; foi aberta a sessão pelo sr. Presidente, Vereador Jorge Luís Martins Soares, que colocou em discussão a ata da sessão ordinária de 02 (dois) de junho de 2016. Colocada em votação, a ata foi aprovada pela unanimidade dos presentes. A pedido do sr. Presidente foram lidos: a) convite da Prefeitura para inauguração do Cras; b) Ofício/DRP/GAB/GH nº 035/2016, do Delegado de Polícia, sobre a greve da Polícia Civil. Às dezessete horas e treze minutos, aberta a ordem do dia, conforme regularmente convocada esta sessão, o sr. Presidente disse que poderiam usar a palavra o Dr. Douglas Chaves Gomes, Assessor Jurídico Municipal, e o sr. Vinícius Leal Faria, Secretário Municipal de Administração e Finanças, para debate do Projeto de Lei nº 1.642. O Dr. Douglas disse que ainda não analisou detalhadamente as emendas, que lhe foram entregues hoje. O sr. Presidente disse que os comerciantes estão desamparados pela inexistência de lei permitindo o uso de calçadas e vias. O Secretário Vinícius falou sobre a necessidade da criação dessa lei, que visa atender ao maior número de comércios e também ao direito dos pedestres. O Vereador Romeu Moreira disse que as emendas foram feitas com muito cuidado e achou melhor que as comissões se reunissem com os representantes do Executivo, antes de votar o projeto. A Vereadora Maria do Carmo disse que um comerciante lhe indagou o motivo de não ter sido convidado para a reunião que houve com os vereadores em que participaram apenas dois comerciantes; ela disse que os seis comerciantes que foram notificados pelo Promotor de Justiça deveriam ser convidados à Câmara. O sr. Presidente disse que realmente as comissões deveriam se reunir com o assessor jurídico para apurar um projeto mais concreto, e quando o projeto estiver mais formado seriam convidados os comerciantes. O Vereador Sérgio Mota lembrou que questionou a situação dos comércios estabelecidos na Praça Alcides Marangon Macedo. O Secretário Vinícius disse que essa proibição se refere a bancas, quiosques e similares móveis que estejam exercendo atividade econômica. O Vereador Túlio Mota disse que o projeto tem em vista a cidade toda e, com relação aos passeios, disse que seria necessário pensar numa emenda que faça uma diferenciação. O Vereador Sérgio Mota citou a questão da feira livre na Praça Ministro Odilon Braga. O Secretário Vinícius disse que o projeto trata da questão de eventos de curta duração. O Vereador Maurílio disse estar preocupado com o recesso parlamentar e opinou pela votação hoje, já que a Polícia está mandando retirar as mesas em alguns lugares. O sr. Presidente determinou a tramitação das seguintes proposições: a) Emendas ao Projeto de Lei nº 1.642; b) Projeto de Lei nº 1.642, do Executivo: Dispõe sobre o uso das calçadas, vias públicas e logradouros, e dá outras providências. O sr. Presidente comunicou que a sessão extraordinária convocada para amanhã ficou cancelada, pela impossibilidade do representante do Executivo comparecer; e convocou sessão extraordinária para o dia vinte e sete, segunda-feira, às dezessete horas, com a seguinte pauta: a) apresentação, discussão e votação da LDO – 2017; b) discussão e votação das emendas e do Projeto de Lei nº 1.642, do Executivo. A Vereadora Maria do Carmo disse que devem ser convidados os seis

comerciantes notificados pelo Promotor, porque estão chateados por terem sido convidados apenas dois. O Vereador Sérgio Mota disse que esse convite não foi oficial. O Vereador Romeu Moreira disse que foi ele quem convidou, como membro das comissões, para que representassem os demais. O Vereador Sérgio Mota disse que é preciso lembrar dos comerciantes da periferia. O Vereador Juscélio Bernardino falou da necessidade de ver a situação onde não existe estacionamento para os comércios usarem a via. A reunião das comissões permanentes encarregadas de analisarem o Projeto de Lei nº 1.642 ficou designada para as dezesseis horas do mesmo dia, com a presença do Assessor Jurídico Municipal, dos vereadores que desejarem participar. Seguindo os trabalhos o sr. Presidente solicitou às comissões de Legislação; Obras e Serviços; e Finanças; se manifestassem sobre o Projeto de Lei nº 1.652, do Vereador Túlio Mota Salgado: Dispõe sobre o atendimento a clientes em estabelecimentos bancários do município. O Vereador Romeu Moreira disse que recebeu informações de alguns gerentes sobre a impossibilidade de fazerem os banheiros nas agências, no que ele concorda com alguns; disse que o Dr. Douglas lhe informou que a advogada do Procon Rio Pomba ser contrária à exigência dos banheiros, e que ela não pode vir a esta reunião; disse que hoje o seu parecer é contrário, mas pediu a tramitação; concordou que haja a regulamentação do tempo de espera na fila, mas é contra a exigência de banheiros. O Vereador Túlio Mota disse ser contrário às taxas abusivas cobradas da população e que, se o problema é espaço, que se abra em outro lugar; disse que é preciso ver a situação de idosos e pessoas com dificuldades que passam por constrangimentos dentro dos bancos por falta de banheiro facilmente acessível; disse que é preciso pensar na população e não nos bancos e que, se estes não estão cabendo onde estão, é porque estão grandes e podem arrumar um espaço maior; recordou que essa lei já foi votada na Câmara e ninguém votou contra; disse que a advogada do Procon conversou com ele, a Dra. Vânia e os gerentes de bancos e hora nenhuma se posicionou contra os banheiros; comentou que ela pediu a troca do termo “banheiro” por “sanitário”, porque banheiro implica em chuveiro e outras instalações que não vêm ao caso, enquanto sanitário é um termo específico. O Dr. Douglas então concordou que a advogada do Procon lhe alegou há mais tempo sobre ser contra o termo banheiro, e não sanitário. O sr. Presidente pediu que as três comissões designadas providenciem o parecer escrito e as atas de suas reuniões. O sr. Presidente determinou a tramitação do Projeto de Lei nº 1.652. Após, o sr. Presidente solicitou a manifestação da Comissão de Legislação sobre o Projeto de Lei nº 1.656, do Vereador Juscélio Bernardino Braz: Declara de utilidade pública a Associação Desportiva Champion Futebol Clube. O parecer verbal da comissão foi pela legalidade e constitucionalidade do projeto. Então, o sr. Presidente colocou em discussão a proposição. Os Vereadores Túlio e Sérgio disseram que, havendo os documentos exigidos pela lei, o projeto pode ser votado. Encerrada a discussão, o Projeto de Lei nº 1.656 foi colocado em votação e aprovado pela unanimidade dos presentes. Seguindo os trabalhos foi lido o Projeto de Decreto Legislativo nº 166, do Vereador Maurílio Rodrigues dos Reis: Outorga título de cidadão honorário e dá outras providências. A seguir, o sr. Presidente o colocou em discussão. Encerrada a discussão, o Projeto de Decreto Legislativo nº 166 foi colocado em votação e aprovado pela unanimidade dos presentes. Nada mais havendo, foi encerrada a sessão às dezoito horas e cinco minutos e redigida esta ata que, depois de colocada em discussão em Plenário e aprovada, segue assinada pelo Sr. Presidente; por mim, Secretário; e demais Vereadores presentes à sessão que a aprovou.

(ASSINATURAS NO VERSO DESTA FOLHA)

**Ata da Vigésima Quarta Sessão Extraordinária da Câmara Municipal de Rio Pomba.** Às dezessete horas e vinte e cinco minutos do vinte e sete de junho de dois mil e dezesseis, reunidos no Plenário da Câmara todos os Vereadores: Antônio Dias de Oliveira, Jorge Luís Martins Soares, Juscélio Bernardino Braz, Maria do Carmo Vieira da Silva Gomes, Maurílio Rodrigues dos Reis, Paulo Henrique da Silva, Romeu Moreira Batista, Sérgio Antônio Mota Furtado e Túlio Mota Salgado; foi aberta a sessão pelo sr. Presidente, Vereador Jorge Luís Martins Soares, que colocou em discussão as atas das sessões de 16 (dezesseis) de junho e de 23 (vinte e três) de junho de 2016. Colocadas em votação, as atas foram aprovadas por unanimidade. A pedido do sr. Presidente foi lido comunicado da Comissão Organizadora do Torneio de Férias quanto à realização do mesmo no período de 01 a 31 de julho deste ano, com a programação de eventos anexa. Às dezessete horas e vinte e seis minutos, aberta a ordem do dia, conforme regularmente convocada esta sessão, o sr. Presidente abriu a audiência pública para apresentação do Projeto de Lei nº 1.653 – LDO 2017, convidando o sr. Gilberto Batista de Almeida, representando o Executivo, para fazer a sua explanação. Durante a apresentação houve perguntas e debates com os vereadores. O Vereador Antônio Dias de Oliveira sentia-se mal e retirou-se da sessão, com autorização plenária. Encerrada a audiência, o sr. Presidente colocou em discussão o Projeto de Lei nº 1.653, do Executivo: Dispõe sobre as diretrizes para a elaboração da lei orçamentária de 2017 e dá outras providências. Encerrada a audiência, o sr. Presidente colocou em votação o Projeto de Lei nº 1.653, obtendo-se a sua aprovação pela unanimidade dos presentes. Antes desta sessão, as comissões permanentes da Câmara incumbidas das proposições estiveram reunidas e não emitiram os pareceres, de modo que o sr. Presidente determinou a tramitação das seguintes proposições: a) Emendas ao Projeto de Lei nº 1.642; b) Projeto de Lei nº 1.642, do Executivo: Dispõe sobre o uso das calçadas, vias públicas e logradouros, e dá outras providências; c) Projeto de Lei nº 1.652, do Vereador Túlio Mota Salgado: Dispõe sobre o atendimento a clientes em estabelecimentos bancários do município. Nada mais havendo, foi encerrada a sessão às dezoito horas e trinta minutos e redigida esta ata que, depois de colocada em discussão em Plenário e aprovada, segue assinada pelo Sr. Presidente; por mim, Secretário; e demais Vereadores presentes à sessão que a aprovou.

Jorge Luís Martins Soares  
Presidente da Câmara

Paulo Henrique da Silva  
Secretário

Antônio Dias de Oliveira

Juscélio Bernardino Braz

Maria do Carmo Vieira da Silva Gomes

Maurílio Rodrigues dos Reis

Romeu Moreira Batista

Sérgio Antônio Mota Furtado

Túlio Mota Salgado

**Ata da Septuagésima Primeira Sessão Ordinária da Câmara Municipal de Rio Pomba.**

Às dezenove horas do dia quatro de agosto de dois mil e dezesseis, reunidos no Plenário da Câmara os Vereadores: Antônio Dias de Oliveira, Jorge Luís Martins Soares, Juscélio Bernardino Braz, Maria do Carmo Vieira da Silva Gomes, Maurílio Rodrigues dos Reis, Romeu Moreira Batista, Sérgio Antônio Mota Furtado e Túlio Mota Salgado; ausente o Vereador Paulo Henrique da Silva; foi aberta a sessão pelo sr. Presidente, Vereador Jorge Luís Martins Soares, que deu início ao expediente e colocou em discussão a ata da sessão anterior (27/06/2016). A ata foi aprovada pela unanimidade dos presentes. A seguir, foram lidas as seguintes correspondências: a) Ofício do Governo de Minas sobre liberação de recursos para canil; b) Ofício do Governo de Minas sobre liberação de recursos para construção de ponte nos Gonçalves; c) Ofício de encaminhamento do relatório anual de atividades 2015 da Associação dos Sem Casa. O Vereador Paulo Henrique da Silva compareceu à sessão às dezenove horas e sete minutos. Passando às proposições, foi lido o Projeto de Lei nº 1.657, do Executivo: Denomina próprio público com o nome de Professora Ignácia de Abreu Costa Soares a escola municipal que menciona. O Vereador Romeu Moreira disse que houve comentários de que ele e o Vereador Sérgio pediram para retirar o nome da Profa. Ignácia indicado pela Vereadora Maria do Carmo, mas isso não é verdade, e a realidade é que ele e o Vereador Sérgio indicaram o nome do Prof. Ubirajara, como qualquer vereador poderia indicar nomes, cabendo ao Prefeito escolher. A Vereadora Maria do Carmo disse não ter conhecimento desse comentário. Havendo a dispensa de prazos e interstícios de tramitação pelo Plenário, inclusive para que este projeto fosse discutido e votado ainda no expediente, o sr. Presidente solicitou a manifestação da Comissão de Legislação. Esta emitiu o parecer verbal favorável ao projeto. Então, o sr. Presidente colocou em votação o Projeto de Lei nº 1.657, obtendo-se a sua aprovação por unanimidade. O sr. Presidente determinou a tramitação do Projeto de Lei nº 1.658, da Mesa Diretora: Atualiza o valor do auxílio-alimentação para os servidores da Câmara Municipal de Rio Pomba; e solicitou a análise da assessoria jurídica da Câmara quanto à legalidade do mesmo no período eleitoral. Seguindo, foi lido o Projeto de Lei nº 1.659, do Executivo: Altera a ação na Lei de Subvenções 1.526/2015, abre crédito adicional especial no orçamento vigente (Lei 1.527/2015) e dá outras providências. Concedida a palavra, o Vereador Sérgio Mota disse que gostaria de entender melhor esse projeto porque há uma dotação no orçamento de recurso à Apae, sendo que no ano passado não foi repassado todo o valor, e perguntou se alguém saberia lhe informar se já foi repassado todo o valor que está no orçamento previsto este ano para a Apae. Nenhum vereador soube informar. O Vereador Sérgio Mota disse que o projeto acrescenta R\$38.000,00 às subvenções da Apae, e entender que seja em função de já haver repassado os R\$80.000,00, mas questionou o fato de se retirar R\$38.000,00 da agricultura de Rio Pomba, da assistência técnica, sendo que já não tem assistência técnica para a agricultura em Rio Pomba; seguiu dizendo que o sr. Prefeito se equivoca nesse projeto, não que não haja demanda ou necessidade da Apae, mas se equivoca de onde vai lançar mão desse recurso ao tirar da agricultura, das pessoas que estão resistindo em ficar na roça até hoje, com uma vida difícil, mau tendo estradas e outras políticas para a roça, e ainda vem retirar dinheiro da assistência técnica e extensão rural; pediu a tramitação do

projeto para ser melhor estudado e obtermos mais informações; comentou que não foi anunciado que o projeto seria votado hoje, mas sabe que se trata de repasse para recursos para uma entidade séria, com trabalhos prestados ao município, para o qual todos os vereadores vão estar solidários e votando, mas disse ser preocupante saber de onde estamos tirando esse recursos e o por quê, sendo que há tanta reclamação da agricultura por falta de apoio e assistência, assim como para sabermos se foi repassado o que está previsto no orçamento para a Apae. O Vereador Maurílio Rodrigues dos Reis disse acreditar que, se o Prefeito está pedindo esse apoio à Câmara, com certeza ele já passou todo o recurso, mas achou que para o sr. Prefeito tirar da agricultura é necessário ver se esse dinheiro está realmente sobrando lá, porque não adianta “desvestir um santo para vestir outro”; disse que realmente é necessário ver isso com atenção. O sr. Presidente disse concordar com o pronunciamento do dois vereadores e disse se tratar de um ato nobre, sendo a Apae uma instituição merecedora; disse não haver pedido de urgência e que o projeto ficará tramitando para que na próxima reunião o André possa vir explicá-lo e a Câmara votá-lo. Então, este projeto seguiu tramitando e foi encaminhado à Comissão de Finanças. Em sequência foram lidas as seguintes proposições: a) Jorge Luís Martins Soares: 1) Indicação nº 616: mão única de trânsito na Av. Flamboyant; 2) Indicação nº 617: providências na Rua Dr. José Marinho Saraiva; 3) Indicação nº 622: campanha contra maus tratos aos animais; b) Juscélio Bernardino Braz: 1) Indicação nº 438-2ª edição: colocação de placas indicativas de nome em próprio e logradouro público; 2) Indicação nº 605: proibição do trânsito de bicicletas na Praça Dr. Último de Carvalho; c) Maria do Carmo Vieira da Silva Gomes: 1) Indicação nº 620: reforma na estrada da região de Vogados; 2) Indicação nº 621: colocação de lixeira na Rua Cel. Juvenal Pena; 3) Indicação nº 625: edificação da Praça Governador Milton Campos; d) Paulo Henrique da Silva: 1) Indicação nº 612: expansão da iluminação pública no final da Rua Diógenes Coelho Gomes; 2) Indicação nº 615: subvenção social para a Associação de Motociclistas Legendário Moto Clube; e) Túlio Mota Salgado: 1) Indicação nº 35-2ª edição: reforma em pontes da zona rural; 2) Indicação nº 53-3ª edição: construção de muro de contenção no bairro Nossa Senhora das Graças; 3) Indicação nº 627: instalação de unidade do Corpo de Bombeiros. Às dezenove horas e vinte minutos, aberta a ordem do dia, o sr. Presidente determinou a tramitação das Emendas ao Projeto de Lei nº 1.642 e do Projeto de Lei nº 1.642, do Executivo: Dispõe sobre o uso das calçadas, vias públicas e logradouros, e dá outras providências. Conforme convidada pela Câmara para falar sobre o Projeto de Lei nº 1.652, o sr. Presidente solicitou que ocupasse a tribuna a sra. Lívia Santos Carvalho, Coordenadora Executiva do Procon Municipal, considerando que ela auxiliou o autor na elaboração do projeto. A sra. Lívia Santos Carvalho se pronunciou dizendo que existe a lei aprovada pela Câmara e sancionada pelo sr. Prefeito, porém com uma terminologia errada ao usar a palavra banheiro como instalação obrigatória para os bancos, pois a terminologia correta é sanitário; o projeto em debate vem mudar essa terminologia e trazer uma aplicação de penalidades mais clara. O Vereador Romeu Moreira pediu a tramitação do projeto para que as comissões possam analisá-lo melhor e ouvirem a Assessora Jurídica da Câmara. A sra. Lívia disse que é uma defensora dos contribuintes que, sem essa lei, ficam desamparados no que se refere a

proteção dos seus direitos. O Vereador Romeu Moreira disse que numa primeira análise entende que o projeto é contraditório ao buscar a redução do tempo de atendimento e ao mesmo tempo exigir que hajam sanitários para os clientes. O Vereador Maurílio perguntou se a limitação do tempo de atendimento prejudica a exigência de sanitários. A sra. Livia respondeu que são objetos distintos que visam a prestação de um serviço de qualidade pelas agências bancárias. O Vereador concordou ser um absurdo os clientes esperarem por mais de dez ou quinze minutos. A Dra. Vânia Maria, Assessora Jurídica da Câmara, disse que para os bancos é melhor se adequarem à lei do que sofrerem ações indenizatórias. O Sr. Presidente determinou a tramitação do Projeto de Lei nº 1.652, do Vereador Túlio Mota Salgado: Dispõe sobre o atendimento a clientes em estabelecimentos bancários do município. Nada mais havendo, foi encerrada a sessão às dezenove horas e quarenta e seis minutos e redigida esta ata que, depois de colocada em discussão em Plenário e aprovada, segue assinada pelo Sr. Presidente; por mim, Secretário; e demais Vereadores presentes à sessão que a aprovou.

Jorge Luís Martins Soares  
Presidente da Câmara

Paulo Henrique da Silva  
Secretário

Antônio Dias de Oliveira

Juscélio Bernardino Braz

Maria do Carmo Vieira da Silva Gomes

Maurílio Rodrigues dos Reis

Romeu Moreira Batista

Sérgio Antônio Mota Furtado

Túlio Mota Salgado

**Ata da Septuagésima Segunda Sessão Ordinária da Câmara Municipal de Rio Pomba.**

Às dezenove horas do dia dezoito de agosto de dois mil e dezesseis, reunidos no Plenário da Câmara todos os Vereadores: Antônio Dias de Oliveira, Jorge Luís Martins Soares, Juscélio Bernardino Braz, Maria do Carmo Vieira da Silva Gomes, Maurílio Rodrigues dos Reis, Paulo Henrique da Silva, Romeu Moreira Batista, Sérgio Antônio Mota Furtado e Túlio Mota Salgado; foi aberta a sessão pelo sr. Presidente, Vereador Jorge Luís Martins Soares, que deu início ao expediente e comunicou que a ata da sessão anterior estava aguardando a aprovação do Secretário. Em sequência foram lidas as seguintes proposições: a) Jorge Luís Martins Soares: 1) Indicação nº 32/2013-3ª edição: muro de contenção no bairro Sol Nascente; 2) Indicação nº 630: isenção de IPTU para pacientes com câncer, deficientes físicos e outros; b) Maria do Carmo Vieira da Silva Gomes: 1) Indicação nº 610: redutor de velocidade próximo da rodoviária; 2) Indicação nº 626: edificação de praça no bairro São José; c) Paulo Henrique da Silva: 1) Indicação nº 629: limpeza de bueiros; d) Romeu Moreira Batista: 1) Indicação nº 631: construção de sede para a Associação Calor Humano; e) Túlio Mota Salgado: 1) Indicação nº 618: alargamento do passeio em frente ao fórum; 2) Indicação nº 619: providência no telhado da quadra do Rosa Mística; 3) Indicação nº 628: instalação de redutores de velocidade na Pedreira. Às dezenove horas e dez minutos, aberta a ordem do dia, o sr. Presidente determinou que permanecessem tramitando por estarem em estudo: a) Emendas ao Projeto de Lei nº 1.642; b) Projeto de Lei nº 1.642, do Executivo: Dispõe sobre o uso das calçadas, vias públicas e logradouros, e dá outras providências; c) Projeto de Lei nº 1.652, do Vereador Túlio Mota Salgado: Dispõe sobre o atendimento a clientes em estabelecimentos bancários do município. Seguindo, foi lido o parecer da Assessora Jurídica da Câmara sobre o Projeto de Lei nº 1.658, da Mesa Diretora. Após, o sr. Presidente consultou ao plenário sobre a dispensa de prazos e interstícios de tramitação para o Projeto de Lei nº 1.658, da Mesa Diretora: Atualiza o valor do auxílio-alimentação para os servidores da Câmara Municipal de Rio Pomba. O plenário unanimemente concedeu a dispensa. Então, o sr. Presidente solicitou a manifestação da Comissão de Finanças. Esta, por unanimidade, manifestou-se favorável ao Projeto de Lei nº 1.658. O sr. Presidente colocou em discussão o citado projeto. Encerrada a discussão, o sr. Presidente colocou em única discussão o Projeto de Lei nº 1.658, o qual foi aprovado por unanimidade. Seguindo os trabalhos, foi lida a Emenda Modificativa nº 01 ao Projeto de Lei nº 1.659, do Vereador Sérgio Mota. O Vereador Sérgio Mota disse que hoje poderá esclarecer qualquer equívoco mal intencionado da sessão anterior; pediu que fosse constado na íntegra o seu pronunciamento da sessão anterior na respectiva ata, e que fosse reproduzido o áudio da sua fala e do Vereador Maurílio sobre o Projeto de Lei nº 1.659, para que ficasse claro que todos os vereadores concordaram com a tramitação do projeto e que não houve manifestação de voto contrário ao mesmo; disse que buscou outra dotação para que fosse mantido o repasse à Apae sem alterar dotação da agricultura; na presença das diversas representações de entidades presentes no salão da Câmara hoje, falou da sua atuação em favor da agricultura familiar, assim como o reconhecimento que tem dos méritos da Apae; ressaltou que o projeto levantou dúvidas nos vereadores e que ficou tramitando não por causa da Apae, mas sim pela anulação dos recursos que

estava ligada à agricultura. O Vereador Maurílio disse que não havia pedido de urgência para o projeto e que também não houve explicações sobre o mesmo; disse não saber que havia polêmica em torno do assunto. Sobre o pedido do Vereador Sérgio de reprodução de parte áudio da sessão anterior, o sr. Presidente leu o art. 45, XII, do Regimento Interno, e disse que a reprodução da gravação da sessão somente é possível quando da apreciação da ata, para dirimir dúvidas, o que não era o caso presente, de modo que não poderia atender ao pedido do Vereador Sérgio, a não ser quando da apreciação da ata na próxima reunião ou que o Plenário assim o deliberasse. O Vereador Sérgio disse que gostaria que fosse então consultado o Plenário, lembrando que em outros momentos o protocolo regimental foi quebrado. O Vereador Maurílio disse que ninguém aqui questionou o projeto ou o Vereador Sérgio, apenas pedindo a tramitação pela ausência do pedido de urgência; disse não ter visto o Vereador Sérgio se manifestar contra o projeto hora nenhuma. O Vereador Sérgio disse que então não iria se estender e polemizar, e pediu que o sr. Presidente endossasse as palavras do Vereador Maurílio. O Vereador Jorge disse que houve dúvidas sobre a origem do recurso e disse entender que quem tem essa discricção é o gestor, no caso o sr. Prefeito. O Vereador Sérgio pediu que se manifestasse a Vereadora Maria do Carmo. Esta disse então que não cabe ao Legislativo colocar emenda nesse projeto; com relação à reunião anterior, disse que de maneira alguma o Vereador Sérgio falou que a subvenção não poderia ser da Apae. Solicitada a se manifestar, a Dra. Vânia Maria, Assessora Jurídica da Câmara, disse que o Legislativo pode apresentar emendas quando da elaboração da proposta orçamentária, mas não quando o orçamento já esteja sendo executado, porque o gestor é o Prefeito e pode acontecer de não ser possível mexer em outra dotação, até porque a Câmara não fez um estudo. O Vereador Romeu Moreira pediu que os vereadores mantivessem a calma no debate; disse que o Vereador Sérgio não questionou o repasse que estava sendo proposto à Apae; comentou que os vereadores têm o direito de fazer emendas ao projeto sim, cabendo ao Prefeito vetar; disse que não pode deixar dois vereadores serem injustiçados por algo que não cometeram, e que se algum vereador fez comunicação para que a diretoria da Apae viesse aqui disse que jamais foi intenção de nenhum vereador votar contra a Apae. Permitido a usar a palavra, o sr. André Luiz Senra Condé, Secretário Municipal de Governo e Planejamento, fez explicação do que é a elaboração orçamentária e sobre a situação que originou o Projeto de Lei nº 1.659, em se tratando de uma adequação orçamentária; deixou claro que não se está tirando dinheiro da agricultura para enviar para a Apae, pois o orçamento é previsão e se está anulando dotação que era previsão de repasse do governo federal para aquisição de implementos agrícolas; disse que o governo federal já sinalizou que esse recurso não virá neste ano, de modo que a dotação ficará parada no orçamento; após estudo, se verifica de onde podem ser anulados recursos do orçamento sem comprometer áreas prioritárias, dentre elas também a agricultura; ressaltou que a mesma dotação da agricultura pode ser suplementada com recursos caso haja recursos federais para o município; sobre a emenda disse que primeiro se deveria ter feito um contato com o Executivo para saber se pode anular dotação daquele lugar. O Vereador Sérgio disse que a intenção da emenda foi realmente preservar os recursos da agricultura, e que quando o projeto foi apresentado aqui não

havia explicação alguma; disse que a questão da dotação ficou clara, assim como de maneira alguma se posicionou contra a dotação para a Apae; comentou que sempre estará ao lado da agricultura, principalmente a familiar. O sr. Presidente disse que todos os vereadores defendem as entidades, sendo que cada um se identifica mais com alguma área, cientes de que a engrenagem funciona como um todo; perguntou ao Vereador Sérgio se ele desejava retirar de tramitação a emenda. O Vereador Romeu aconselhou o Vereador Sérgio a retirar a emenda. O Secretário André disse que para agilizar e não atrasar o repasse dos recursos à Apae seria melhor a retirada da emenda. O Vereador Sérgio, considerando que ficou clara a questão de dotações, nos termos do art. 136, § 1º, IV, requisitou a tramitação da Emenda Modificativa nº 01 ao Projeto de Lei nº 1.659. O sr. Presidente determinou então a retirada da tramitação. O sr. Presidente solicitou a manifestação da Comissão de Finanças. Esta, por unanimidade, opinou favoravelmente ao Projeto de Lei nº 1.659. Após, foi colocado em discussão o Projeto de Lei nº 1.659, do Executivo: Altera a ação na Lei de Subvenções 1.526/2015, abre crédito adicional especial no orçamento vigente (Lei 1.527/2015) e dá outras providências. Encerrada a discussão, o citado projeto foi colocado em votação e aprovado por unanimidade. Após, foi lido o Projeto de Resolução nº 330, da Mesa Diretora: Estima a receita e fixa a despesa da Câmara Municipal de Rio Pomba para o exercício de 2017 (R\$1.200.000,00). A Coordenadora da Contabilidade da Câmara fez breve pronunciamento sobre a elaboração da proposta e o sr. Presidente disse que ela estava à disposição para esclarecer dúvidas dos vereadores. Também se pronunciou o sr. André Luiz, Secretário Municipal. O sr. Presidente solicitou o parecer verbal da Comissão de Finanças, tendo em vista que a proposta deve ser enviada ao Executivo até 31 de agosto. O parecer da Comissão de Finanças foi favorável. Então, a proposta foi colocada em discussão. Encerrada a discussão, o sr. Presidente colocou em votação o Projeto de Resolução nº 330, obtendo-se a sua aprovação por unanimidade. O sr. Presidente comunicou que a próxima sessão será no dia primeiro de setembro. Nada mais havendo, foi encerrada a sessão às vinte horas e vinte minutos e redigida esta ata que, depois de colocada em discussão em Plenário e aprovada, segue assinada pelo Sr. Presidente; por mim, Secretário; e demais Vereadores presentes à sessão que a aprovou.

Jorge Luís Martins Soares  
Presidente da Câmara

Paulo Henrique da Silva  
Secretário

Antônio Dias de Oliveira

Juscélio Bernardino Braz

Maria do Carmo Vieira da Silva Gomes

Maurílio Rodrigues dos Reis

Romeu Moreira Batista

Sérgio Antônio Mota Furtado

Túlio Mota Salgado

**Ata da Septuagésima Terceira Sessão Ordinária da Câmara Municipal de**

**Rio Pomba.** Às dezenove horas e treze minutos do dia primeiro de setembro de dois mil e dezesseis, reunidos no Plenário da Câmara todos os Vereadores: Antônio Dias de Oliveira, Jorge Luís Martins Soares, Juscélio Bernardino Braz, Maria do Carmo Vieira da Silva Gomes, Maurílio Rodrigues dos Reis, Paulo Henrique da Silva, Romeu Moreira Batista, Sérgio Antônio Mota Furtado e Túlio Mota Salgado; foi aberta a sessão pelo sr. Presidente, Vereador Jorge Luís Martins Soares, que deu início ao expediente e colocou em discussão a ata da sessão do dia quatro de agosto do corrente ano. A ata foi aprovada por unanimidade. A ata da sessão do dia dezoito de agosto ainda não estava pronta. A seguir, foi lido convite da Prefeitura para a solenidade do dia 07 de Setembro. Passando às proposições, foi lido o Requerimento nº 112, do Vereador Sérgio Mota: Requer informações sobre pessoal contratado nos termos da Lei nº 1.195/2005. O autor, Vereador Sérgio, disse que esse requerimento visa buscar saber como o Executivo vai proceder com relação a essa decisão do Tribunal de Justiça, e ainda saber se os funcionários contratados têm conhecimento disso; pediu ao sr. Presidente que a assessora jurídica da Câmara se manifestasse sobre a decisão do Tribunal de Justiça. A pedido do sr. Presidente, a Dra. Vânia Maria Barros Saraiva disse que a Prefeitura pode recorrer ao STF e ver o que poder ser feito daqui para frente; disse que se vier à Câmara outro projeto de contratação o Legislativo está ciente de que não pode aprová-lo; disse que a Constituição Federal prevê o concurso público como a única forma de ingresso no serviço público, e que nesses casos de contratações pagas com recursos de programas federais cria-se um problema com gasto de pessoal ao município caso os programas sejam cortados; disse que pode ser feito acordo, mas que vai depender da Prefeitura, cabendo à Câmara ficar atenta quanto a projetos dessa natureza. O Vereador Sérgio Mota perguntou à assessora jurídica qual a sua opinião com relação à lei. A Dra. Vânia disse que essa lei não existe mais e que as contratações ficam válidas pelo prazo de um ano concedido; disse que a Câmara não pode fazer nada, cabendo à Prefeitura recorrer ao STF e aguardar a resposta. O Vereador Sérgio disse estar preocupado se o pessoal contratado na área da saúde está ciente disso. A Dra. Vânia disse que daqui a um ano todos terão que ser demitidos, e que o caminho será um concurso público, a menos que o STF mude a decisão. O Vereador Maurílio disse entender que foi uma decisão absurda porque as contratações são decorrentes de programas federais, que se extintos também acabará a fonte de receita. Estando presente o Secretário Municipal de Governo e Planejamento, sr. André Luiz Senra Condé, o sr. Presidente o convidou a usar a palavra sobre o assunto em debate. Este disse que as contratações temporárias foram uma prática comum a todos os municípios no ano em que surgiram os programas federais, em 2005, sendo que de tempos em tempos é feito novo processo seletivo, fato que é do conhecimento das pessoas contratadas, que assinam um contrato e têm uma via em seu poder; disse que atualmente o pessoal que trabalha nos programas estão com os contratos vigentes de acordo com o último processo seletivo, o qual vencerá em determinado momento, sendo necessário fazer novo processo, se for mantida a questão da contratação, ou um concurso público para efetivação; disse que o que se discute é a efetivação desses programas federais, que infelizmente não é possível prever se serão eternos, como se gostariam que fossem; disse que a

população é ciente dessa situação, assim como esses servidores contratados, sendo que o sindicato dos servidores é atuante nessa parte também de informar aos contratados quanto à temporariedade dos contratos. O Vereador Romeu disse que essa é uma situação preocupante a todos os prefeitos por causa dos limites de gasto com pessoal. Colocado em votação, o Requerimento nº 112 foi aprovado por unanimidade. Em sequência foram lidas as seguintes proposições: a) Juscélio Bernardino Braz: 1) Indicação nº 636: cessão de tesoura hidráulica para o Corpo de Bombeiros; b) Sérgio Mota: 1) Indicação nº 637: recolocação de mataburro na região da Lagoa da Milita; c) Túlio Mota: 1) Indicação nº 633: muros de arrimo no final da Rua Luiza Alvim; 2) Indicação nº 634: ponte de madeira na Jalapa; 3) Indicação nº 635: realocação de tubulão metálico em zona rural. Às dezenove horas e quarenta e oito minutos, aberta a ordem do dia, o sr. Presidente determinou que permanecessem tramitando por estarem em estudo: a) Emendas ao Projeto de Lei nº 1.642; b) Projeto de Lei nº 1.642, do Executivo: Dispõe sobre o uso das calçadas, vias públicas e logradouros, e dá outras providências; c) Projeto de Lei nº 1.652, do Vereador Túlio Mota Salgado: Dispõe sobre o atendimento a clientes em estabelecimentos bancários do município. O sr. Presidente comunicou que a próxima sessão será no dia quinze de setembro. Nada mais havendo, foi encerrada a sessão às dezenove horas e cinquenta minutos e redigida esta ata que, depois de colocada em discussão em Plenário e aprovada, segue assinada pelo Sr. Presidente; por mim, Secretário; e demais Vereadores presentes à sessão que a aprovou.

Jorge Luís Martins Soares  
Presidente da Câmara

Paulo Henrique da Silva  
Secretário

Antônio Dias de Oliveira

Juscélio Bernardino Braz

Maria do Carmo Vieira da Silva Gomes

Maurílio Rodrigues dos Reis

Romeu Moreira Batista

Sérgio Antônio Mota Furtado

Túlio Mota Salgado

**Ata da Septuagésima Quarta Sessão Ordinária da Câmara Municipal de Rio Pomba.** Às dezenove horas minutos do dia quinze de setembro de dois mil e dezesseis, reunidos no Plenário da Câmara todos os Vereadores: Antônio Dias de Oliveira, Jorge Luís Martins Soares, Juscélio Bernardino Braz, Maria do Carmo Vieira da Silva Gomes, Maurílio Rodrigues dos Reis, Paulo Henrique da Silva, Romeu Moreira Batista, Sérgio Antônio Mota Furtado e Túlio Mota Salgado; foi aberta a sessão pelo sr. Presidente, Vereador Jorge Luís Martins Soares, que deu início ao expediente e colocou em discussão as atas das sessões dos dias dezoito de agosto e primeiro de setembro do corrente ano. As duas atas foram aprovadas por unanimidade. A seguir, foi lido ofício da agência local do Banco do Brasil informando sobre o novo horário de funcionamento dos terminais de autoatendimento. Passando às proposições foi lido o Projeto de Lei nº 1.660, do Vereador Romeu Moreira Batista: Altera o § 1º do art. 3º da Lei nº 933/94, que dispõe sobre a concessão a particulares do serviço funerário do Município de Rio Pomba e contém outras providências. O autor solicitou a tramitação do projeto. O Sr. Presidente determinou a tramitação do Projeto de Lei nº 1.660 e o encaminhou para análise das comissões de Legislação (substituindo o Vereador Romeu pelo Vereador Túlio) e de Obras e Serviços (substituindo o Vereador Romeu pelo Vereador Juscélio). Seguindo, o Vereador Romeu Moreira Batista, na forma do art. 136, § 1º, IV, requisitou ao sr. Presidente da Câmara a retirada do seguinte projeto de sua autoria: Projeto de Lei nº 1.661: Insere o § 4º no art. 3º da Lei nº 933/94, que dispõe sobre a concessão a particulares do serviço funerário do Município de Rio Pomba e contém outras providências. O sr. Presidente deferiu o pedido e determinou a retirada da proposição. Em sequência foram lidas as seguintes proposições: a) Jorge Luís Martins Soares: 1) Indicação nº 638: faixa de travessia de pedestres na rodovia MG-133 – bairro Rosa Mística; 2) Indicação nº 639: instalação de recipiente para colocação de lixo; b) Túlio Mota: 1) Indicação nº 632: redutor de velocidade na Água Limpa. Às dezenove horas e doze minutos, aberta a ordem do dia, o sr. Presidente determinou que permanecessem tramitando por estarem em estudo: a) Emendas ao Projeto de Lei nº 1.642; b) Projeto de Lei nº 1.642, do Executivo: Dispõe sobre o uso das calçadas, vias públicas e logradouros, e dá outras providências; c) Projeto de Lei nº 1.652, do Vereador Túlio Mota Salgado: Dispõe sobre o atendimento a clientes em estabelecimentos bancários do município. O sr. Presidente disse que, caso as comissões não apresentem os pareceres escritos sobre as supracitadas proposições, ele os solicitará verbalmente para a votação dos projetos e emendas. O sr. Presidente comunicou que a próxima sessão será no dia seis de outubro. O sr. Presidente comunicou a chegada de convite da Câmara Municipal de Ubá, para sessão de homenagens que acontecerá no dia vinte e quatro próximo. Nada mais havendo, foi encerrada a sessão às dezenove horas e quinze minutos e redigida esta ata que, depois de colocada em discussão em Plenário e aprovada, segue assinada pelo Sr. Presidente; por mim, Secretário; e demais Vereadores presentes à sessão que a aprovou. (ASSINATURAS NO VERSO DESTA FOLHA).

**Ata da Septuagésima Quinta Sessão Ordinária da Câmara Municipal de Rio Pomba.** Às dezenove horas do dia seis de outubro de dois mil e dezesseis, reunidos no Plenário da Câmara os Vereadores: Antônio Dias de Oliveira, Juscélio Bernardino Braz, Maria do Carmo Vieira da Silva Gomes, Maurílio Rodrigues dos Reis, Paulo Henrique da Silva, Romeu Moreira Batista, Sérgio Antônio Mota Furtado e Túlio Mota Salgado; ausente o Vereador Jorge Luís Martins Soares; foi aberta a sessão pela sra. Vice-Presidente, no exercício da Presidência, Vereadora Maria do Carmo Vieira da Silva Gomes, que deu início ao expediente e colocou em discussão a ata da sessão do dia quinze de setembro do corrente ano. A ata foi aprovada pela unanimidade dos presentes. A seguir, foi lido convite da Junta do Serviço Militar para a entrega de certificados de dispensa de incorporação. Passando às proposições foi lida a seguinte proposição: a) Jorge Luís Martins Soares: 1) Indicação nº 640: capina e limpeza das ruas que menciona. Às dezenove horas e três minutos, aberta a ordem do dia, a sra. Presidente em exercício determinou a leitura do Ofício nº 672, do Promotor de Justiça. A sra. Presidente em exercício consultou as comissões permanentes a respeito dos pareceres. Após consenso entre os presidentes das comissões, ficou designado a se reunirem no dia dezessete de outubro, às dezesseis horas, as comissões de Legislação, de Obras e de Finanças, para análise conclusiva dos Projetos de Leis de nºs 1.642, 1.652 e 1.660. Então, a sra. Presidente em exercício determinou a tramitação das proposições: a) Emendas ao Projeto de Lei nº 1.642; b) Projeto de Lei nº 1.642, do Executivo: Dispõe sobre o uso das calçadas, vias públicas e logradouros, e dá outras providências; c) Projeto de Lei nº 1.652, do Vereador Túlio Mota Salgado: Dispõe sobre o atendimento a clientes em estabelecimentos bancários do município; d) Projeto de Lei nº 1.660, do Vereador Romeu Moreira Batista: Altera o § 1º do art. 3º da Lei nº 933/94, que dispõe sobre a concessão a particulares do serviço funerário do Município de Rio Pomba e contém outras providências. A sra. Presidente em exercício comunicou que a próxima sessão ordinária será no dia vinte de outubro. Nada mais havendo, foi encerrada a sessão às dezenove horas e vinte e dois minutos e redigida esta ata que, depois de colocada em discussão em Plenário e aprovada, segue assinada pelo Sr. Presidente; por mim, Secretário; e demais Vereadores presentes à sessão que a aprovou.

Jorge Luís Martins Soares  
Presidente da Câmara

Paulo Henrique da Silva  
Secretário

Antônio Dias de Oliveira

Juscélio Bernardino Braz

Maria do Carmo Vieira da Silva Gomes

Maurílio Rodrigues dos Reis

Romeu Moreira Batista

Sérgio Antônio Mota Furtado

Túlio Mota Salgado

**Ata da Septuagésima Sexta Sessão Ordinária da Câmara Municipal de Rio**

**Pomba.** Às dezenove horas e treze minutos do dia vinte de outubro de dois mil e dezesseis, reunidos no Plenário da Câmara os Vereadores: Antônio Dias de Oliveira, Jorge Luís Martins Soares, Maria do Carmo Vieira da Silva Gomes, Maurílio Rodrigues dos Reis, Paulo Henrique da Silva, Romeu Moreira Batista, Sérgio Antônio Mota Furtado e Túlio Mota Salgado; ausente o Vereador Juscélio Bernardino Braz; foi aberta a sessão pelo sr. Presidente, Vereador Jorge Luís Martins Soares, que deu início ao expediente e colocou em discussão a ata da sessão do dia seis de outubro do corrente ano. A ata foi aprovada pela unanimidade dos presentes. A seguir foi lida e colocada em discussão a justificativa da falta do Presidente da Câmara à sessão anterior. A justificativa foi aceita pela unanimidade dos presentes. Após, foram lidas as seguintes correspondências recebidas: a) convite da Biblioteca para Sarau Literário; b) convite da Superintendência de Educação Regional para encontro em Ubá. Passando às proposições, foi lido o Projeto de Lei Complementar nº 22, do Executivo: Regulamenta os artigos 80, 81, 82 e 83 da Lei Complementar nº 17/2015 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais). Este projeto seguiu tramitando e foi encaminhado para análise das comissões de Legislação; de Finanças e de Educação e Saúde. Com autorização plenária, o Dr. Clóvis Torres Quintão Júnior, procurador do Sinsenrip, usou a palavra para dizer que o sindicato ainda não teve acesso a esse estudo, o qual já ocorre há muito tempo mas não foi repassado para conhecimento do sindicato; disse que o sindicato irá contratar um engenheiro de segurança do trabalho para confrontar um novo estudo com esse realizado, pelo princípio do contraditório e da ampla defesa; caso haja divergência, será necessário avaliar para que não sejam cometidas injustiças; disse que é o segundo estudo realizado pela Prefeitura a pedido do Sinsenrip, sendo que o primeiro ficou defasado diante do novo estatuto; solicitou a tramitação por prazo indeterminado para um amplo conhecimento do assunto e pela desnecessidade de urgência. Seguindo nas proposições, foi lido o Projeto de Lei nº 1.662, do Executivo: Altera e inclui ações constantes da Lei nº 1.543/2016 – A Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO e na Lei nº 1.452/2013 – Plano Plurianual, PPA, previstos para o quadriênio 2014/2017, e dá outras providências. Este projeto seguiu tramitando e foi encaminhado à Comissão de Finanças, Orçamento e Tomada de Contas. Em sequência foram lidos: a) Projeto de Lei nº 1.663, do Executivo: Dispõe sobre concessão de subvenções sociais às Entidades que menciona, e dá outras providências; b) Projeto de Lei nº 1.664, do Executivo: Estima a receita e fixa a despesa do Município de Rio Pomba para o exercício financeiro de 2017. Ambos seguiram tramitando e o sr. Presidente anunciou que se abre o prazo regimental de quinze dias para apresentação de emendas pelos vereadores. Continuando os trabalhos, foi lido o Projeto de Lei nº 1.665, do Executivo: Altera a ação na Lei de Subvenções nº 1.526/2015, abre crédito adicional especial no orçamento vigente (Lei 1.527/2015), e dá outras providências. Presente no recinto, o plenário autorizou a usar a palavra o sr. André Luiz Senra Condé, Secretário Municipal de Governo e Planejamento, para falar sobre a matéria. O Secretário comentou que o projeto visa à implantação de dois leitos de UTI no Hospital São Vicente de Paulo para atendimento do CAPS, além de um aumento na ajuda que é dada pelo município ao hospital; citou que existe a necessidade de certa urgência para o assunto. Seguindo, o plenário

aprovou pela unanimidade dos presentes o regime de urgência especial para apreciação da proposição. Então, o sr. Presidente solicitou o parecer verbal da Comissão de Finanças, Orçamento e Tomada de Contas. Esta comissão emitiu o parecer favorável ao projeto. Então, o mesmo seguiu para a ordem do dia desta sessão. Após, foi lido o Requerimento nº 113, do Vereador Sérgio Mota: Requer a retirada da Moção nº 31/2015. Colocado em votação, o Requerimento nº 113 foi aprovado pela unanimidade dos presentes. Seguindo, foi lido o Requerimento nº 114, do Vereador Sérgio Mota: Requer a retirada da Moção nº 32/2015. Colocado em votação, o Requerimento nº 114 foi aprovado pela unanimidade dos presentes. Em sequência foram lidas as seguintes proposições: a) Jorge Luís Martins Soares: a) Indicação nº 642: abertura do Carnaval 2017 no Lindo Vale; b) Indicação nº 643: colocação de corrimão em rua íngreme do Fomento; c) Indicação nº 644: providências no calçamento da Serrinha; b) Maurílio Rodrigues dos Reis: a) Indicação nº 645: sinalização dos redutores de velocidade; b) Indicação nº 646: faixa de travessia de pedestres no bairro Jardim América. Às vinte horas e cinco minutos, aberta a ordem do dia, foi colocado em única discussão o Projeto de Lei nº 1.665, que altera a ação na Lei de Subvenções nº 1.526/2015, abre crédito adicional especial no orçamento vigente (Lei 1.527/2015), e dá outras providências. Encerrada a discussão, este projeto foi submetido à votação e aprovado pela unanimidade dos presentes. Seguindo os trabalhos, foram lidos os pareceres das comissões de Legislação e de Obras e Serviços referentes ao Projeto de Lei nº 1.642 e emendas. A Emenda nº 02, Aditiva, foi retirada de tramitação pelo sr. Presidente mediante o pedido dos autores. Então, o sr. Presidente colocou em discussão as emendas e o Projeto de Lei nº 1.642, lendo resumidamente cada uma das emendas. Encerrada a discussão, as emendas foram colocadas em votação, uma de cada vez, sendo as 06 (seis) aprovadas pela unanimidade dos presentes. Após foi colocado em votação o Projeto de Lei nº 1.642, do Executivo: Dispõe sobre o uso das calçadas, vias públicas e logradouros, e dá outras providências. Este projeto de lei foi aprovado pela unanimidade dos presentes. Passando ao Projeto de Lei nº 1.652, do Vereador Túlio Mota Salgado: Dispõe sobre o atendimento a clientes em estabelecimentos bancários do município, o sr. Presidente solicitou que a Assessora Jurídica da Câmara informasse a situação de análise do mesmo. A Dra. Vânia Maria Barros Saraiva comentou sobre as emendas que estão sendo cogitadas. O Vereador Túlio Mota pediu que fosse colocado em votação porque já está tramitando há tempo demais. O sr. Presidente disse que pediria então os pareceres verbais para colocar o projeto em votação. O Vereador Romeu Moreira disse que as comissões decidiram a fazer reunião com os gerentes de bancos, assim como o Vereador Maurílio disse o mesmo. O Vereador Romeu disse que então não precisa enviar matérias para as comissões darem parecer; como presidente da Comissão de Legislação, disse que ficou decidido pelos membros das comissões, junto com a assessora jurídica, de serem ouvidos os gerentes das agências. O sr. Presidente disse que iria ouvir o plenário. O Vereador Romeu Moreira disse que não se deve fazer pressão na comissão, que fez ata da reunião e registrou a sua decisão. O sr. Presidente então pediu que os pareceres sejam apresentados para a próxima reunião. Então, o sr. Presidente determinou a tramitação do Projeto de Lei nº 1.652. Após, o sr. Presidente determinou a tramitação do Projeto de Lei nº 1.660, do

Vereador Romeu Moreira Batista: Altera o § 1º do art. 3º da Lei nº 933/94, que dispõe sobre a concessão a particulares do serviço funerário do Município de Rio Pomba e contém outras providências; que está sob análise das comissões. Em resposta a requerimento do Vereador Sérgio Mota aprovado pela Câmara, o sr. Presidente informou que o Chefe do Executivo ingressou com recurso extraordinário no dia 23 de setembro, quanto à inconstitucionalidade da lei de contratações. O sr. Presidente comunicou que a próxima sessão ordinária será no dia três de novembro, e que a sessão solene de homenagens será no dia 25 de novembro. Nada mais havendo, foi encerrada a sessão às vinte horas e vinte e cinco minutos e redigida esta ata que, depois de colocada em discussão em Plenário e aprovada, segue assinada pelo Sr. Presidente; por mim, Secretário; e demais Vereadores presentes à sessão que a aprovou.

Jorge Luís Martins Soares  
Presidente da Câmara

Paulo Henrique da Silva  
Secretário

Antônio Dias de Oliveira

Juscélio Bernardino Braz

Maria do Carmo Vieira da Silva Gomes

Maurílio Rodrigues dos Reis

Romeu Moreira Batista

Sérgio Antônio Mota Furtado

Túlio Mota Salgado

**Ata da Septuagésima Sétima Sessão Ordinária da Câmara Municipal de**

**Rio Pomba.** Às dezenove horas do dia três de novembro de dois mil e dezesseis, reunidos no Plenário da Câmara os Vereadores: Jorge Luís Martins Soares, Juscélio Bernardino Braz, Maria do Carmo Vieira da Silva Gomes, Maurílio Rodrigues dos Reis, Paulo Henrique da Silva, Romeu Moreira Batista, Sérgio Antônio Mota Furtado e Túlio Mota Salgado; ausente o Vereador Antônio Dias de Oliveira; foi aberta a sessão pelo sr. Presidente, Vereador Jorge Luís Martins Soares, que deu início ao expediente e comunicou que a ata da sessão anterior não ficou pronta. Em seguida, foram lidas as seguintes correspondências: a) convite da Academia de Letras, dia 12, 20 h, no Clube dos 30; b) convite da Biblioteca para exposição de quadros, de 04 a 11 de novembro; c) carta do Sindicato dos Servidores para os Vereadores. Conforme previamente convocada, o sr. Presidente deu início à audiência pública para apresentação e debate da proposta orçamentária para 2017, estando presente a sra. Cyntia Patrícia de Lima, o Sr. André Luiz Senra Condé, Secretário Municipal de Governo e Planejamento, o sr. Vinícius Leal Faria, Secretário Municipal de Administração e Finanças, e o sr. Elton Rogério Gonçalves Barbosa, contador municipal. Representando o Chefe do Poder Executivo, a sra. Cyntia, usando recursos de multimídia, apresentou dados aos vereadores e público presente. Durante a apresentação, houve perguntas e comentários dos vereadores. Autorizado pelo plenário, o Dr. Clóvis Quintão Júnior comentou sobre a preocupação do Sinsenrip quanto a servidores inativos que não conseguiram se aposentar; disse que está estudando uma maneira de solucionar o caso, buscando um caminho político, não apenas jurídico, e consultou a sra. Cyntia sobre a previsão orçamentária para tal pagamento. A sra. Cyntia respondeu que é necessário primeiro existir a lei sobre essas aposentadorias e depois a sua inclusão no orçamento. Encerrada a audiência pública foi lido o ofício do Executivo em resposta ao Requerimento nº 112 do Vereador Sérgio Mota. Pasando às proposições, seguiu tramitando o Projeto de Lei Complementar nº 22, do Executivo: Regulamenta os artigos 80, 81, 82 e 83 da Lei Complementar nº 17/2015 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais). O Vereador Romeu Moreira, Presidente da Comissão de Legislação, pediu ao sr. Presidente da Câmara que suspenda o prazo regimental dado às comissões até que o estudo encomendado pelo Sinsenrip seja concluído. Em sequência foram lidas: a) - Romeu Moreira Batista: a) Indicação nº 647: urbanização do caminho B, bairro Estação; b) Indicação nº 649: plano de saúde para os servidores da Câmara; b) Túlio Mota Salgado: a) Indicação nº 641: alargamento de via do Distrito Industrial; c) Maurílio Rodrigues dos Reis e Romeu Moreira Batista: a) Indicação nº 650: redutores de velocidade na rodovia MG-133. Às vinte horas, aberta a ordem do dia, seguiu tramitando o Projeto de Lei nº 1.652, do Vereador Túlio Mota Salgado: Dispõe sobre o atendimento a clientes em estabelecimentos bancários do município. O sr. Presidente disse que as comissões se reuniram com os gerentes dos bancos e com a advogada do Procon, e que na próxima reunião trarão emendas. Após, foi lido o Projeto de Decreto Legislativo nº 167, do Vereador Túlio Mota: Outorga placa de honra ao mérito social e político e dá outras providências (Dr. Fernando Antônio Dutra Macedo). Este projeto foi colocado em discussão e votação, sendo aprovado por 06 (seis) votos dos Vereadores: Romeu Moreira Batista, Juscélio Bernardino

Braz, Túlio Mota Salgado, Paulo Henrique da Silva, Maria do Carmo Vieira da Silva Gomes e Maurílio Rodrigues dos Reis; recebendo o voto contrário do Vereador Sérgio Mota. Seguindo, foi lido o Projeto de Decreto Legislativo nº 168, do Vereador Jorge Luís Martins Soares: Outorga título de cidadã honorária e dá outras providências (Maria de Lourdes Medeiros Damasceno). Este projeto foi colocado em discussão e votação, sendo aprovado pela unanimidade dos presentes. Ato contínuo, foi lido o Projeto de Resolução nº 331, da Mesa Diretora: Dispõe sobre a transferência provisória da sede da Câmara Municipal para a solenidade de instalação dos Poderes Legislativo e Executivo. Este projeto foi colocado em discussão e votação, sendo aprovado pela unanimidade dos presentes. Seguiu tramitando, enquanto aguarda os pareceres das comissões, o Projeto de Lei nº 1.660, do Vereador Romeu Moreira Batista: Altera o § 1º do art. 3º da Lei nº 933/94, que dispõe sobre a concessão a particulares do serviço funerário do Município de Rio Pomba e contém outras providências. Permaneceu tramitando, estando sob análise da Comissão de Finanças, o Projeto de Lei nº 1.662, do Executivo: Altera e inclui ações constantes da Lei nº 1.543/2016 – A Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO e na Lei nº 1.452/2013 – Plano Plurianual, PPA, previstos para o quadriênio 2014/2017, e dá outras providências. O sr. Presidente encaminhou para o parecer da Comissão de Finanças, Orçamento e Tomada de Contas: a) Projeto de Lei nº 1.663, do Executivo: Dispõe sobre concessão de subvenções sociais às Entidades que menciona, e dá outras providências; b) Projeto de Lei nº 1.664, do Executivo: Estima a receita e fixa a despesa do Município de Rio Pomba para o exercício financeiro de 2017. O sr. Presidente comunicou que a próxima sessão será no dia dezessete de novembro; comunicou ainda que no dia dezesseis de novembro haverá um curso para os vereadores sobre elaboração e votação da lei orçamentária anual, na Câmara, a partir das dezessete horas. Nada mais havendo, foi encerrada a sessão às vinte horas e onze minutos e redigida esta ata que, depois de colocada em discussão em Plenário e aprovada, segue assinada pelo Sr. Presidente; por mim, Secretário; e demais Vereadores presentes à sessão que a aprovou.

Jorge Luís Martins Soares  
Presidente da Câmara

Paulo Henrique da Silva  
Secretário

Antônio Dias de Oliveira

Juscélio Bernardino Braz

Maria do Carmo Vieira da Silva Gomes

Maurílio Rodrigues dos Reis

Romeu Moreira Batista

Sérgio Antônio Mota Furtado

Túlio Mota Salgado

**Ata da Septuagésima Oitava Sessão Ordinária da Câmara Municipal de Rio Pomba.**

Às dezenove horas do dia dezessete de novembro de dois mil e dezesseis, reunidos no Plenário da Câmara os Vereadores: Antônio Dias de Oliveira, Jorge Luís Martins Soares, Juscélio Bernardino Braz, Maria do Carmo Vieira da Silva Gomes, Maurílio Rodrigues dos Reis, Romeu Moreira Batista, Sérgio Antônio Mota Furtado e Túlio Mota Salgado; ausente o Vereador Paulo Henrique da Silva; foi aberta a sessão pelo sr. Presidente, Vereador Jorge Luís Martins Soares, que deu início ao expediente e colocou em discussão as atas das sessões anteriores (20/10/2016 e 03/11/2016). Ambas foram aprovadas pela unanimidade dos presentes. Seguindo, foram lidas as seguintes correspondências: a) convite da Biblioteca para encontro de corais; b) convite do Instituto Federal para discussão da PEC 55; c) Ofício nº 844/2016, do Promotor de Justiça, encaminhando para conhecimento parecer técnico em verificação da regularidade da licitação para obras no bairro Estação em 2002. Durante a leitura das correspondências o Vereador Paulo Henrique da Silva compareceu à sessão. Sobre a correspondência do sr. Promotor, o sr. Presidente solicitou a palavra da Assessora Jurídica da Câmara, Dra. Vânia Maria Barros Saraiva. Houve o pronunciamento da Dra. Vânia e também de alguns Vereadores. O sr. Presidente disse que dará conhecimento do mesmo aos vereadores do mandato em que houve o encaminhamento ao Promotor. O sr. Presidente disse que continuaria tramitando, enquanto aguarda a análise das comissões e o estudo do Sinsenrip, o Projeto de Lei Complementar nº 22, do Executivo: Regulamenta os artigos 80, 81, 82 e 83 da Lei Complementar nº 17/2015 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais). Após, foi lido o Projeto de Lei nº 1.666, do Executivo: Declara situação de risco de erosão as áreas urbanas do Município devidamente especificadas no Processo Judicial nº 0558.07.006470-1 – Comarca de Rio Pomba – MG. A Vereadora Maria do Carmo disse que a Prefeitura terá que cumprir um cronograma segundo o processo judicial para impedir que a erosão chegue as casas existentes; disse que não é área de risco de onde vai se retirar os moradores, mas sim a tomada de providências. O sr. Presidente disse que a área de risco é para o rio, e não para as casas. O Vereador Sérgio Mota perguntou qual o trecho está sendo declarado área de risco, e o sr. Presidente disse que poderá ser verificado no processo judicial. O Vereador Sérgio Mota disse que é preciso prudência, preocupando-se com a área de exploração da Copasa. O sr. Presidente determinou a sua tramitação e o encaminhou para análise das comissões de Legislação; Obras; e Meio Ambiente. Em sequência foram lidas as seguintes proposições: a) Jorge Luís Martins Soares: 1) Indicação nº 651: providências na Vila Ana Rita Toledo Martins; b) Túlio Mota Salgado: 1) Indicação nº 652: funcionamento do posto de identificação na Câmara. Houve comentários dos vereadores sobre a Indicação nº 652. Às dezenove horas e trinta minutos, aberta a ordem do dia, foi lido o Ofício nº 876/2016, do Promotor de Justiça, e o Ofício nº 129/2016-PC, do Presidente da Câmara. Passando às proposições, foram lidas 03 (três) emendas ao Projeto de Lei nº 1.652; assim como os pareceres das comissões de Legislação; Serviços e Obras; e Finanças. O sr. Presidente então colocou em discussão o Projeto de Lei nº 1.652, do Vereador Túlio Mota Salgado: Dispõe sobre o atendimento a clientes em estabelecimentos bancários do município; assim como as emendas apresentadas. O Vereador Sérgio Mota disse que gostaria que esse projeto fosse bem

discutido. O Vereador Romeu Moreira explicou as emendas. O Vereador Sérgio Mota disse entender que o prazo é estipulado para que o cliente comece a ser atendido e que não há limitação para a duração do atendimento. Houve comentários de outros vereadores também. O Vereador Romeu disse que as emendas estão de acordo com o entendimento feito com a advogada do Procon. O Vereador Sérgio disse entender que essa interpretação do tempo de atendimento está equivocada, e leu os artigos da lei estadual sobre o assunto. Sobre a Emenda nº 01, o Vereador Túlio explicou que o projeto previa dois sanitários e que a emenda reduz para um sanitário. Encerrada a discussão, o sr. Presidente anunciou que colocaria as emendas e o projeto em votação. Assim procedido, a Emenda nº 01 foi aprovada por 05 (cinco) votos dos Vereadores Romeu Moreira Batista, Paulo Henrique da Silva, Maria do Carmo Vieira da Silva Gomes, Maurílio Rodrigues dos Reis e Antônio Dias de Oliveira; recebendo 03 (três) votos contrários dos Vereadores Juscélio Bernardino Braz, Túlio Mota Salgado e Sérgio Mota. A Emenda nº 02 foi aprovada por 05 (cinco) votos dos Vereadores Antônio Dias de Oliveira, Maurílio Rodrigues dos Reis, Paulo Henrique da Silva, Romeu Moreira Batista e Jorge Luís Martins Soares; recebendo 04 (quatro) votos contrários dos Vereadores Sérgio Mota, Maria do Carmo Vieira da Silva Gomes, Túlio Mota Salgado e Juscélio Bernardino Braz. A Emenda nº 03 foi aprovada por unanimidade. Finalizando, foi colocado em votação o Projeto de Lei nº 1.652, que foi aprovado por unanimidade. Seguindo os trabalhos, foi lido o Parecer nº 14, da Comissão de Finanças, aos Projetos de Leis nºs 1.662, 1.663 e 1.664. Seguindo, o sr. Presidente colocou em segunda discussão o Projeto de Lei nº 1.662, do Executivo: Altera e inclui ações constantes da Lei nº 1.543/2016 – A Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO e na Lei nº 1.452/2013 – Plano Plurianual, PPA, previstos para o quadriênio 2014/2017, e dá outras providências. Encerrada a discussão, o Projeto de Lei nº 1.662 foi colocado em votação e aprovado por unanimidade. Seguindo, o sr. Presidente colocou em segunda discussão o Projeto de Lei nº 1.663, do Executivo: Dispõe sobre concessão de subvenções sociais às Entidades que menciona, e dá outras providências. Encerrada a discussão, o Projeto de Lei nº 1.663 foi colocado em votação e aprovado por unanimidade. Após, o sr. Presidente colocou em segunda discussão o Projeto de Lei nº 1.664, do Executivo: Estima a receita e fixa a despesa do Município de Rio Pomba para o exercício financeiro de 2017. Encerrada a discussão, o Projeto de Lei nº 1.664 foi colocado em votação e aprovado por unanimidade. Dando continuidade, foi lido o Projeto de Resolução nº 332, da Mesa Diretora: Dispõe sobre a transferência provisória da sede da Câmara Municipal para a realização de sessão solene de homenagem. O sr. Presidente solicitou o parecer verbal da Comissão de Legislação sobre esta proposição. Esta se pronunciou pela legalidade da mesma. Então, o sr. Presidente colocou a proposição em discussão. Encerrada a discussão, o Projeto de Resolução nº 332 foi colocado em votação e aprovado por unanimidade. Continuou tramitando o Projeto de Lei nº 1.660, do Vereador Romeu Moreira Batista: Altera o § 1º do art. 3º da Lei nº 933/94, que dispõe sobre a concessão a particulares do serviço funerário do Município de Rio Pomba e contém outras providências; enquanto aguarda os pareceres das comissões. O sr. Presidente disse que aguarda também o parecer escrito da assessoria jurídica da Câmara sobre esse projeto. O sr. Presidente comunicou que no próximo dia vinte e

três acontecerá na Câmara o curso sobre elaboração e votação da lei orçamentária anual, destinado aos atuais e futuros vereadores, bem como aos servidores da Câmara. O sr. Presidente comunicou ainda que a próxima sessão ordinária será no dia primeiro de dezembro. Nada mais havendo, foi encerrada a sessão às vinte horas e vinte minutos e redigida esta ata que, depois de colocada em discussão em Plenário e aprovada, segue assinada pelo Sr. Presidente; por mim, Secretário; e demais Vereadores presentes à sessão que a aprovou.

Jorge Luís Martins Soares  
Presidente da Câmara

Paulo Henrique da Silva  
Secretário

Antônio Dias de Oliveira

Juscélio Bernardino Braz

Maria do Carmo Vieira da Silva Gomes

Maurílio Rodrigues dos Reis

Romeu Moreira Batista

Sérgio Antônio Mota Furtado

Túlio Mota Salgado

**Ata da Septuagésima Nona Sessão Ordinária da Câmara Municipal de Rio**

**Pomba.** Às dezenove horas e cinco minutos do dia primeiro de dezembro de dois mil e dezesseis, reunidos no Plenário da Câmara os Vereadores: Jorge Luís Martins Soares, Juscélio Bernardino Braz, Maria do Carmo Vieira da Silva Gomes, Maurílio Rodrigues dos Reis, Paulo Henrique da Silva, Sérgio Antônio Mota Furtado e Túlio Mota Salgado; ausentes os Vereadores Antônio Dias de Oliveira e Romeu Moreira Batista; foi aberta a sessão pelo sr. Presidente, Vereador Jorge Luís Martins Soares, que deu início ao expediente e colocou em discussão a ata da sessão anterior (17/11/2016). A ata foi aprovada pela unanimidade dos presentes. O sr. Presidente disse que continuaria tramitando, enquanto aguarda a análise das comissões e o estudo do Sinsenrip, o Projeto de Lei Complementar nº 22, do Executivo: Regulamenta os artigos 80, 81, 82 e 83 da Lei Complementar nº 17/2015 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais). Às dezenove horas e sete minutos, aberta a ordem do dia, foi lido o parecer da Assessora Jurídica da Câmara sobre o Projeto de Lei nº 1.660. O Vereador Antônio Dias de Oliveira compareceu à sessão. O sr. Presidente determinou a tramitação do Projeto de Lei nº 1.660, do Vereador Romeu Moreira Batista: Altera o § 1º do art. 3º da Lei nº 933/94, que dispõe sobre a concessão a particulares do serviço funerário do Município de Rio Pomba e contém outras providências; enquanto aguarda os pareceres das comissões. Seguindo na pauta, o sr. Presidente solicitou que a Assessora Jurídica da Câmara, Dra. Vânia Maria Barros Saraiva, se pronunciasse sobre o Projeto de Lei nº 1.666. Esta então comentou sobre o que verificou no processo judicial que transita no fórum da comarca, e que o procedimento prevê várias etapas a serem cumpridas. As comissões permanentes que estudam o projeto designaram reunião para a próxima segunda-feira, às dezesseis horas e trinta minutos, quando convidarão o Assessor Jurídico Municipal para debater o assunto. O Vereador Sérgio Mota disse que esse projeto precisa ser bem estudado, sendo apoiado pelos Vereadores Maria do Carmo e Jorge Luís. Então, seguiu tramitando o Projeto de Lei nº 1.666, do Executivo: Declara situação de risco de erosão as áreas urbanas do Município devidamente especificadas no Processo Judicial nº 0558.07.006470-1 – Comarca de Rio Pomba – MG. O sr. Presidente comentou que havia uma proposta de homenagem que não fora colocada sob apreciação da Câmara, e consultou se o plenário abriria uma exceção para aceitá-la nesta sessão, tendo em vista que a Vereadora Maria do Carmo havia solicitado que a pessoa enviasse a sua biografia à Câmara mas isso somente aconteceu recentemente, e que a pessoa entendeu que estava confirmada a sua homenagem. O Vereador Jorge Luís designou a comissão apuradora de homenagens composta pelos Vereadores Romeu Moreira, Paulo Henrique, Túlio Mota, Antônio Dias, Maurílio Rodrigues e Juscélio Bernardino. Destes, quatro assinaram o relatório favorável ao recebimento da proposta de homenagem. O Vereador Maurílio Rodrigues disse que não concordar com a entrega de moções de aplausos junto com títulos e honrarias. A Vereadora Maria do Carmo disse que todos concordaram em se fazer uma única reunião no final do ano. O Vereador Sérgio Mota disse que tem posição parecida com a do Vereador Maurílio no sentido de que a Câmara deve se ater ao Regimento Interno; ainda que a comissão tenha se manifestado a favor, disse que foi uma manifestação política e não analisando a questão regimental; disse que isso abre precedentes e outro vereador

poderia fazer o mesmo; disse que hoje é a véspera da sessão de homenagens e o Presidente hoje coloca em pauta um projeto para agradecer, para fazer política, enquanto se deveria é seguir o regimento interno; disse que votará por amizade e consideração à pessoa, que merece a homenagem, e que está se manifestando quanto ao procedimento da Câmara; comentou que se fosse ele, Vereador Sérgio, quem estivesse apresentando, a situação seria vista de outra forma e dificilmente aceita; disse que faz esse pronunciamento para que a Câmara reflita e amadureça. O sr. Presidente disse entender a manifestação do Vereador Sérgio, mas foi por isso que consultou antes a comissão, sendo que se esta não aceitasse assim estaria decidido, e lembrou do princípio da soberania do plenário. A Vereadora Maria do Carmo apoiou as palavras do Vereador Jorge e disse que o nome da pessoa não surgiu hoje, mas está agendado há muito tempo. Então, foi votado o Projeto de Decreto Legislativo nº 169, da Vereadora Maria do Carmo: Outorga título de cidadã honorária (Maria do Carmo Cancela). O Projeto de Decreto Legislativo nº 169 foi aprovado pela unanimidade dos presentes. Nada mais havendo, foi encerrada a sessão às dezenove horas e trinta minutos e redigida esta ata que, depois de colocada em discussão em Plenário e aprovada, segue assinada pelo Sr. Presidente; por mim, Secretário; e demais Vereadores presentes à sessão que a aprovou.

Jorge Luís Martins Soares  
Presidente da Câmara

Paulo Henrique da Silva  
Secretário

Antônio Dias de Oliveira

Juscélio Bernardino Braz

Maria do Carmo Vieira da Silva Gomes

Maurílio Rodrigues dos Reis

Romeu Moreira Batista

Sérgio Antônio Mota Furtado

Túlio Mota Salgado

**Ata de Sessão Solene da Câmara Municipal de Rio Pomba.** Às vinte horas do dia dois de dezembro do ano de dois mil e dezesseis, reunidos na quadra da Escola Municipal São José os Vereadores: Jorge Luís Martins Soares, Maria do Carmo Vieira da Silva Gomes, Maurílio Rodrigues dos Reis, Paulo Henrique da Silva, Romeu Moreira Batista, Sérgio Mota e Túlio Mota Salgado; ausentes os Vereadores Antônio Dias de Oliveira e Juscélio Bernardino Braz; o sr. Presidente, Vereador Jorge Luís Martins Soares, deu abertura à sessão solene previamente designada com a finalidade de prestar homenagens às personalidades aprovadas pelo Legislativo, pelos relevantes serviços prestados ao Município e pela destacada atuação na vida pública e particular, tratando-se das seguintes pessoas: Honra ao mérito social e político: Dr. Fernando Antônio Dutra Macedo; Cidadania honorária: Pastor Célio Gomes da Silva, Rosa de Lourdes Medeiros Damasceno e Maria do Carmo Cancela; Moções de aplausos: José Carlos Coelho Camilo, José Alfredo Quintão Furtado, Contadores de História, Jorge Luís da Silva (Marino), Diego de Paiva Ferreira, Alírio Roberto da Silva, Cláudio Vitor Malta, Paulo César Toledo, Gastão Raimundo de Faria Batista, Dr. Diogo dos Reis Abreu, Antônio Soares (Pessoa), Dr. Gabriel Hillen Albernaz Andrade, Dr. Romeu Canônico Júnior, Wilson Esteves Campos, Pedro Antônio Caetano. O homenageado Jairo Christian de Oliveira Goulart não compareceu à sessão. Foram convidados para os lugares de destaque as seguintes autoridades: o Dr. Fernando Antônio Dutra Macedo, Prefeito de Rio Pomba; o Dr. Gabriel Hillen Albernaz Andrade, Delegado de Polícia; Professor Marcos Pascoalino, Prefeito Diplomado para o mandato 2017-2020; Vereador Helton Marini Saraiva, Presidente da Câmara Municipal de Tabuleiro; Viviane Gomes Vieira, Secretário Municipal de Educação e Cultura, representando o secretariado; Dormelinda Maria de Souza Lima, Gerente da agência do Banco do Brasil. Estavam presentes ainda autoridades e representações. Após iniciar a sessão, o sr. Presidente passou a palavra ao mestre de cerimônia. Os homenageados foram conduzidos aos lugares de destaque. Houve então a execução do Hino Nacional Brasileiro. No desenvolvimento da sessão, foram lidas as honrarias concedidas aos homenageados, foram colhidas as suas assinaturas no Livro de Honra dos Homenageados, eles receberam as placas alusivas às suas homenagens das mãos dos autores, bem como foram entregues buquês aos seus acompanhantes. Seguindo, manifestaram-se em congratulações com os homenageados os Vereadores autores das homenagens. Após, os homenageados puderam se manifestar em agradecimentos. A sessão revestiu-se de um clima fraterno, com manifestações de calorosas salvas de palmas do público. Não havendo mais manifestações, o sr. Presidente encerrou a sessão, após o que houve confraternizações e cumprimentos. Nada mais havendo, foi encerrada a sessão às vinte e duas horas e quarenta minutos e redigida esta ata que, depois de colocada em discussão em Plenário e aprovada, segue assinada pelo sr. Presidente; por mim, Secretário; e demais Vereadores presentes à sessão que a aprovou.  
(ASSINATURAS NO VERSO DESTA FOLHA).

**Ata da Octagésima Sessão Ordinária da Câmara Municipal de Rio Pomba.**

Às dezenove horas e vinte e sete minutos do dia quinze de dezembro de dois mil e dezesseis, reunidos no Plenário da Câmara os Vereadores: Antônio Dias de Oliveira, Jorge Luís Martins Soares, Maria do Carmo Vieira da Silva Gomes, Maurílio Rodrigues dos Reis, Paulo Henrique da Silva, Romeu Moreira Batista, Sérgio Antônio Mota Furtado e Túlio Mota Salgado; ausente o Vereador Juscélio Bernardino Braz; foi aberta a sessão pelo sr. Presidente, Vereador Jorge Luís Martins Soares, que deu início ao expediente e colocou em discussão as atas das sessões anteriores (01/12/2016, ordinária, e 02/12/2016, solene). As atas foram aprovadas pela unanimidade dos presentes. Após, foram lidas as seguintes correspondências: a) Requerimento nº 5.275, do Deputado Wander Borges; b) Ofício nº 2.513, do Deputado Ulysses Gomes. Ambas referentes a um voto de congratulações pelo aniversário do município transcorrido no dia 25 de agosto. Conforme regular inscrição, o sr. Presidente da Câmara convidou a usar a tribuna popular o sr. Wellington Ferreira de Souza (Netto), Presidente do PSB Rio Pomba – Partido Socialista Brasileiro, sobre as consequências das fortes chuvas no bairro Nossa Senhora das Graças. Então, na tribuna, o sr. Wellington Ferreira de Souza se pronunciou relatando problemas da Rua Ministro Néelson Hungria, bairro Nossa Senhora das Graças, e formulou pedidos de providências desta Casa, conforme documento protocolado por ele na Prefeitura; falou da importância da criação da bolsa social, que poderá acolher casos de famílias desabrigadas ou residentes em locais com situação de risco. Durante o pronunciamento do orador compareceu o Vereador Juscélio Bernardino Braz. Houve comentários e perguntas dos Vereadores Romeu Moreira, Sérgio Mota e Jorge Luís. Encerrado o pronunciamento, o sr. Presidente convidou o próximo inscrito para a tribuna, o sr. Antônio Carlos Vidal Barra, Secretário Municipal de Meio Ambiente e Desenvolvimento, sobre a área de risco na várzea da Estação. O orador disse que é necessário aprovar o projeto para dar início às providências cabíveis, sendo que ainda não se sabe a forma como serão executadas. O Vereador Romeu Moreira disse que o projeto menciona consonância com o processo judicial existente na Comarca. O orador disse que basta ao Vereador atravessar a rua para obter acesso ao processo no fórum. Houve um debate acalorado entre o orador, sr. Antônio Carlos Vidal Barra, e o Vereador Romeu Moreira Batista, com acusações recíprocas de falta de respeito. O orador deixou a tribuna. Os Vereadores continuaram a comentar sobre o assunto e o sr. Presidente disse que o debate será retomado na ordem do dia, quando for discutido o Projeto de Lei nº 1.666. Então, foi lido o Parecer Prévio do Tribunal de Contas sobre o processo nº 686.685: prestação de contas do Poder Executivo do ano de 2003. O sr. Presidente disse que o processo já está com a Comissão de Finanças e esta já cientificou o Prefeito do exercício. O sr. Presidente determinou a tramitação do Projeto de Lei Complementar nº 22, do Executivo: Regulamenta os artigos 80, 81, 82 e 83 da Lei Complementar nº 17/2015 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais); enquanto se aguarda a análise das comissões. Seguindo os trabalhos, foi lido o Projeto de Lei nº 1.667, do Executivo: Dispõe sobre a criação da Escola Municipal Professora Ignácia de Abreu Costa Soares. O sr. Presidente disse que o projeto cria a escola, já denominada antes, e consultou o plenário quanto ao regime de urgência especial, tendo em vista o início

do ano letivo. Por unanimidade o plenário aprovou o regime de urgência especial. A seguir o sr. Presidente solicitou a manifestação verbal das comissões de Legislação e de Educação. Ambas concluíram favoravelmente ao projeto. O sr. Presidente colocou em votação o Projeto de Lei nº 1.667, que foi aprovado por unanimidade. Seguindo na pauta, foi lido o Projeto de Lei nº 1.668, do Executivo: Autoriza o Executivo a celebrar convênio com o Presídio de Rio Pomba, através da Secretaria de Estado de Defesa Social de Minas Gerais para a prestação de serviços que atendam aos fins de ressocialização e reinserção social, mediante a utilização de mão de obra dos reeducandos e dá outras providências. Considerando estar na última sessão ordinária da legislatura, o sr. Presidente convidou o Secretário Municipal de Administração e Finanças, sr. Vinícius Leal Faria, para falar sobre o projeto. O sr. Vinícius prestou então informações detalhadas sobre o funcionamento desse projeto de ressocialização. Houve perguntas e comentários de alguns vereadores. O sr. Presidente consultou o plenário quanto ao regime de urgência especial. Por unanimidade o plenário aprovou o regime de urgência especial. A seguir o sr. Presidente solicitou a manifestação verbal das comissões de Legislação e de Finanças. Ambas concluíram favoravelmente ao projeto. O sr. Presidente colocou em votação o Projeto de Lei nº 1.668, obtendo-se a sua aprovação por unanimidade. Continuando os trabalhos foi lido o Projeto de Lei nº 1.669, do Executivo: Denomina rua com o nome de Luiz Furtado Filho, no loteamento São Luiz. O sr. Presidente disse que o projeto trata de simples denominação de rua e perguntou se o plenário concordava em votá-lo ainda hoje. Houve a concordância e o Vereador Sérgio Mota sugeriu que fossem lidos todos os projetos semelhantes para depois se deliberar sobre os mesmos. O sr. Presidente consultou o plenário quanto à sugestão do Vereador Sérgio e o plenário concordou. Então, em sequência, foram lidos resumidamente: a) Projeto de Lei nº 1.670, do Executivo: Denomina rua com o nome de Helena Furtado, no loteamento São Luiz; b) Projeto de Lei nº 1.671, do Executivo: Denomina rua com o nome de Hugo Carlos Vieira Furtado, no loteamento São Luiz; c) Projeto de Lei nº 1.672, do Executivo: Denomina rua com o nome de Marcos Consentino Furtado, no loteamento São Luiz; d) Projeto de Lei nº 1.673, do Executivo: Denomina rua com o nome de Eleutério dos Santos Pires, no loteamento São Luiz; e) Projeto de Lei nº 1.674, do Executivo: Denomina rua com o nome de Raul da Assunção do Couto Marques de Oliveira, no loteamento São Luiz; f) Projeto de Lei nº 1.675, do Executivo: Denomina rua com o nome de Romeu Marini Canônico, no loteamento São Luiz. O Sr. Presidente disse que o Chefe do Executivo enviou dois projetos de leis hoje, fora do prazo regimental, mas perguntou ao plenário se os mesmos poderiam ser inseridos na pauta, em se tratando dos seguintes: a) Projeto de Lei nº 1.676, do Executivo: Denomina próprio público o nome de Dr. Edilberto Guilhermino, o centro de atenção psicossocial – CAPS, que menciona; b) Projeto de Lei nº 1.677, do Executivo: Denomina próprio público o nome de Prof. Luiz Carlos de Lima Franco, o imóvel que menciona. O plenário concordou unanimemente. Então, os Projetos de Leis de nºs 1.669 a 1.677 foram colocados sob análise da Comissão de Legislação. O parecer verbal da comissão foi pela legalidade de todos os projetos citados. Então, o sr. Presidente colocou em votação os Projetos de Leis nºs 1.669, 1.670, 1.671, 1.672, 1.673, 1.674, 1.675, 1.676 e 1.677. Esses nove projetos

foram aprovados por unanimidade. A seguir, foi lida a Indicação nº 653: providências na Rua Vereador José Paulo de Miranda, de autoria do Vereador Jorge Luís Martins Soares. Às vinte e uma horas e dois minutos, aberta a ordem do dia, o sr. Presidente disse que colocaria em discussão o Projeto de Lei nº 1.660, do Vereador Romeu Moreira Batista: Altera o § 1º do art. 3º da Lei nº 933/94, que dispõe sobre a concessão a particulares do serviço funerário do Município de Rio Pomba e contém outras providências. O autor, Vereador Romeu Moreira Batista, requisitou ao Presidente a retirada da proposição. O sr. Presidente aprovou o pedido de retirada de tramitação do Projeto de Lei nº 1.660. Então, dando continuidade, foi colocado em discussão o Projeto de Lei nº 1.666, do Executivo: Declara situação de risco de erosão as áreas urbanas do Município devidamente especificadas no Processo Judicial nº 0558.07.006470-1 – Comarca de Rio Pomba – MG. O sr. Presidente convidou a Dra. Vânia Maria Barros Saraiva, Assessora Jurídica da Câmara, para apresentar as análises que fez sobre o assunto. A Dra. Vânia repassou informações sobre o processo judicial existente. O Vereador Sérgio Mota disse estar preocupado se a área de risco atinge a localidade onde a Copasa faz a retirada de água para tratamento e abastecimento do município. A Dra. Vânia explicou que no processo existe uma perícia que vincula as providências às imediações da Rua Juvenal Pena, conforme os autos do processo, não se estendendo para além disso. O Secretário Municipal de Meio Ambiente e Desenvolvimento, Antônio Carlos Vidal Barra, estava presente na discussão e pediu desculpas ao Vereador Romeu pela discussão ocorrida antes, pois todos estão trabalhando em benefício do município; o Vereador Romeu aceitou as desculpas; o sr. Antônio Carlos disse que inicialmente será feito um cercamento para evitar que o gado agrave a situação erosiva. O Vereador Sérgio Mota disse que o projeto não foi bem colocado e discutido porque veio desmembrado do processo judicial; disse que gostaria de ouvir o parecer jurídico da assessora da Câmara. A Dra. Vânia disse que seu parecer é favorável ao projeto. O sr. Presidente então solicitou os pareceres das comissões de Legislação; de Obras; e de Meio Ambiente. Os pareceres das três comissões foram favoráveis pela unanimidade de seus membros. O sr. Presidente então consultou ao plenário se colocaria em votação o Projeto de Lei nº 1.666. Por unanimidade o plenário deliberou pela votação ainda hoje. O Vereador Sérgio Mota disse que votava favorável apesar de entender que deveria haver uma audiência pública sobre o assunto. O sr. Presidente então colocou em votação o Projeto de Lei nº 1.666, obtendo-se a sua aprovação por unanimidade. Conforme preceitua o art. 40, XXV, do Regimento Interno da Câmara, o sr. Presidente apresentou o relatório dos trabalhos realizados pela Câmara Municipal no ano de 2016. Sendo a última sessão ordinária desta legislatura houve manifestações de congratulações e despedidas. Nada mais havendo, como determina o art. 176, § 3º, do Regimento Interno, a ata desta sessão foi redigida e submetida à aprovação ainda nesta sessão. Tendo sido aprovada, foi assinada por mim, Secretário, e demais Vereadores presentes a esta sessão, após o que o sr. Presidente declarou encerrada a sessão às vinte e uma horas e cinquenta minutos.  
(ASSINATURAS NO VERSO DESTA FOLHA).

## **TERMO DE ENCERRAMENTO**

Neste Livro, que contém 58 (cinquenta e oito) folhas numeradas sequencialmente, foram lavradas as atas das sessões da Câmara Municipal de Rio Pomba de 01/01/2016 (primeiro de janeiro de dois mil e dezesseis) até 31/12/2016 (trinta e um de dezembro de dois mil e dezesseis).

Para constar, lavrou-se o presente Termo que eu, Secretário, assino com o senhor Presidente.

Rio Pomba/MG, 31 de dezembro de 2016.

**VEREADOR PAULO HENRIQUE DA SILVA**  
Secretário

**VEREADOR JORGE LUÍS MARTINS SOARES**  
Presidente da Câmara